UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS – UFGD.

“O PARQUE NACIONAL DE ILHA GRANDE, PRODUÇÃO E CONSUMO DO TERRITÓRIO TURÍSTICO”

MICHELLE MILHORANÇA MOREIRA SCHNEIDER

DOURADOS - MS
2009

MICHELLE MILHORANÇA MOREIRA SCHNEIDER

"O PARQUE NACIONAL DE ILHA GRANDE, PRODUÇÃO E CONSUMO DO TERRITÓRIO TURÍSTICO"

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação – Mestrado em Geografia, da Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Geografia.

Orientador Professor Dr. Edvaldo César Moretti.

DOURADOS - MS
2009

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD

338.47918171 Schneider, Michelle Milhorança Moreira
J359p

O Parque Nacional De Ilha Grande, produção e consumo do território turístico./ Michelle Milhorança Moreira Schneider. – Dourados, MS : UFGD, 2009.
189f.

Orientador: Prof. Dr. Edivaldo Cesar Moretti
Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados.

1. Turismo – Mato Grosso do Sul. 2. Parque Nacional Ilha Grande – Aspectos turísticos. 3. Áreas de conservação ambiental. 4. Território e Territorialidade. I. Título.

“O PARQUE NACIONAL DE ILHA GRANDE, PRODUÇÃO E CONSUMO DO TERRITÓRIO TURÍSTICO”

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Geografia no programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, com nota final _____( ), conferida pela banca examinadora:

_____
Professor Dr. Edvaldo César Moretti
Orientador

_____
Professora Dra. Maria Geralda de Almeida
Examinadora

_____
Professor Dr. Charlei Aparecido da Silva
Examinador

Dourados, 20 de agosto de 2009.

Dedico o resultado deste trabalho, sobretudo á Deus que me permitiu chegar até aqui; á minha família que me ama incondicionalmente; ao meu professor orientador que com muita paciência me incentiva a prosseguir pelos caminhos generosos do saber, e á todos os entrevistados que consentiram a publicação de seus relatos.

AGRADECIMENTOS

Ao meu amado esposo pela companhia e segurança que vem me proporcionado ao longo desses 12 anos de cumplicidade. Muito obrigada por todos os incentivos e por recordar-me que, eu posso sim sonhar, mas que eu devo sempre manter os pés no chão.

Para o meu filho querido por tanto amor e carinho oferecidos a essa mãe que mal tinha tempo para retribuir seus sentimentos, desde pequeno aprendeu ser independente e a obedecer às regras estabelecidas, afinal, comecei a trabalhar e estudar quando tinha apenas 03 anos de idade, hoje com 10 anos, é maduro o suficiente para compreender minha ausência. Certamente será um homem bom, justo, e se Deus quiser, feliz, muito feliz. Sou eternamente grata por sua compreensão, entendimento e admiração. Quero que fique gravado nesse documento que te amo como nunca amei ninguém na face da Terra e te admiro do jeitinho que você é.

A minha mãe pelos exemplos de vida e pelos ensinamentos sábios concedidos a mim desde o meu nascimento. A cada dia que passa, eu te admiro mais e mais, não só por sua incrível beleza e espiritualidade interna, mas também por sua perseverança, dedicação, fé, paciência, otimismo, generosidade, enfim, seria impossível descrever todas as suas qualidades, por isso te agradeço por tudo o que faz por mim e por meus irmãos, você é com certeza a melhor mãe do mundo, te ofereço meu eterno amor, respeito e admiração. Tudo o que sou e tenho devo a Senhora, muito obrigada!

Ao meu pai pelo incentivo e ajuda financeira, além disso, trabalhar com o Senhor me proporcionou boa qualificação, sua rigidez e seus métodos perfeccionistas me fizeram uma profissional preocupada com a qualidade do serviço prestado.

Aos meus irmãos pelo carinho e o respeito que dedicam a mim, gostaria que vocês ficassem estimulados com minha conquista e perseverassem no estudo das ciências que escolheram para dedicar-se a profissão, afinal o conhecimento abre portas; ele faz-nos refletir sobre o que esta a nossa volta; só ele pode transformar o ser que há dentro de nós. Quantos gostariam de ter a oportunidade de estudar e não a tem?

A minha sogra e seu esposo Adércio, muito obrigada pela força fundamental que têm me dado, sem o apoio e carinho de vocês eu não conseguiria chegar até aqui. Obrigada pelas caronas até Dourados. Sei que incomodei muito e que somente Deus poderá retribuir tudo o que dedicaram á mim.

Agradeço também a meus avós maternos, por tanta disposição ao incentivar seus netos a estudar, sei que nem chegaram a completar o ensino fundamental, e talvez por isso mesmo apóiam tanto a nós, vocês e meus tios, tenho certeza, acreditaram em mim desde o inicio, acreditaram que um dia eu pudesse chegar onde objetivei estar. Muito obrigada, e de maneira especial a tia Mônica que nessa confiança custeou parte desse sonho.

Aos grandes e verdadeiros amigos, os companheiros do curso de mestrado, os antigos companheiros de faculdade, os amigos campistas de Itaquiraí, Eldorado, Brusque e Dourados, a comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, aos alunos e profissionais das Instituições de ensino: José Juarez Ribeiro de Oliveira, Manoel Guilherme dos Santos, Jair Alves da Costa – Extensão Santa Rosa, Faculdades Integradas de Naviraí-FINAV. Sintam-se todos homenageados, pois seria impossível nomeá-los, saibam que vocês fazem parte da minha vida, por isso contribuíram muito de uma forma ou de outra com a realização desse trabalho. Muito Obrigada por existirem.

Ao meu orientador, por sua confiança, paciência e generosidade, fico grata especialmente por ter valorizado minhas idéias e iniciativas, muito obrigada pelos seus ensinamentos, admiro muito seu trabalho e seu incansável esforço de progredir enquanto profissional, meu maior orgulho ao cursar esse mestrado foi dizer aos quatro ventos, que sou orientada por Edvaldo César Moretti.

A todos os meus professores, que vem me encaminhando nesse processo de formação profissional ao longo da vida, vocês foram responsáveis pelas minhas escolhas, pela construção das minhas idéias, pelo sentimento de conquista ao superar um desafio, por sentir prazer ao estudar, por sentir satisfação em construir um trabalho de pesquisa como esse. Nomear todos os professores que evidentemente efetivaram esse sonho de chegar até aqui é impossível, por isso registrarei minha homenagem a todos os professores da FINAV – instituição que me deu base e suporte para sustentar o objetivo de cursar o mestrado, no nome do Professor Waldiney Gomes de Oliveira, agradeço todo o corpo docente da instituição, principalmente os do curso de Geografia. A todos os professores do

Programa de Pós-graduação – Mestrado em Geografia, da Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD, instituição que me acolheu e amparou com todas as dificuldades constatadas, em nome dos professores que diretamente influenciaram na construção desse trabalho, agradeço os demais, Professores: Jones, Lisandra, Flaviana, Edvaldo e Silvana Moretti, Adauto e Silvana de Abreu, Charlei, a todos meu muito obrigada!

A minha banca de qualificação, composta pela Professora Dra. Maria Geralda de Almeida e pelo Professor Dr. Charlei Aparecido da Silva, que com sabedoria e experiência propuseram muitas idéias para finalizar esse trabalho. Sou muito grata pelas contribuições de ambos.

Sou grata também ao corpo docente de pesquisadores que fazem parte da bibliografia, afinal, foram os trabalhos de vocês que por muitas vezes iluminaram a construção deste.

Agradeço a generosidade de todos os participantes dessa pesquisa, que contribuíram diretamente com seus depoimentos, relatos e opiniões, constantes nas entrevistas, Senhores Sandro Roberto da Silva Pereira, Eduardo Ortd, João do Carmo Neves, Severino Casagrande, Armando Fávaro, Senhoritas Gabriela Leonhardt, Francielli Ludyana Bússolo, Edna Brindarolli, Valdelice de Oliveira, Priscila Volpato Nosumbeni, Iana Aparecida Dalla Valle, aos pescadores do Porto Santo Antônio, aos ribeirinhos do Porto Caiuá, aos ilhéus e ex-ilhéus que nos concederam entrevistas. Saibam que a participação de todos foi essencial para esse trabalho.

As amigas professoras de língua portuguesa que corrigiram este trabalho, Professoras Alessandra e Indiamara. Aos amigos professores de língua inglesa Marcos e Joelmari. A amiga especialista Cristina pelas dicas de formatação. Ao amigo Luzinel pelas criticas construtivas. Aos secretários do mestrado Elaine e Cleber. Agradeço a contribuição de todos.

Considero-me uma pessoa iluminada por Deus, isso porque tenho pessoas especiais a minha volta que me vigoram a cada momento de desânimo, que me amparam nos momentos difíceis, que me tranqüilizam diante de cada desafio. Sou muito feliz! Obrigada a todos!

SCHNEIDER, M. M. M. **O Parque Nacional de Ilha Grande, produção e consumo do território turístico.** Dourados, Universidade Federal da Grande Dourados, 2009, pág.

RESUMO

O Parque Nacional de Ilha Grande é a base das discussões apresentadas neste trabalho dissertativo, ele está localizado na região noroeste do Estado do Paraná e na sudeste do Estado de Mato Grosso do Sul. É formado por um arquipélago com centenas ilhas planas que se associam às regiões pantanosas, várzeas e planícies de inundação do rio Paraná, perfazendo uma extensão de aproximadamente 140 Km, e representa cerca de 40% da área não represada deste rio, sendo um testemunho das características naturais das ilhas e várzeas existentes da Bacia do Paraná, cujo principal objetivo especifico de manejo é contribuir para o desenvolvimento regional, difundindo e incentivando o uso econômico, ecologicamente sustentável da biodiversidade local e valorizando a base histórico-cultural da região. O intuito desta dissertação é apresentar uma discussão da realidade defrontada a partir das pesquisas realizadas, bem como das projeções turísticas para o Parque através dos municípios sul-matogrossenses que se territorializam com o mesmo. Além disso, este tem como principal objetivo conjugar a analise das políticas públicas de conservação da natureza através da implementação da Unidade de Conservação e do Turismo pela valorização econômica da mesma natureza. Constatou-se que todos os municípios investigados possuem áreas irregulares de lazer e de habitação ás margens do rio Paraná, e também que o planejamento da atividade turística está alicerçada em políticas de desenvolvimento econômico, especialmente com grandes expectativas dos órgãos públicos e da população local. Propõe-se desta forma uma reflexão sobre a relação entre as práticas turísticas e o ambiente, considerando a manutenção das sociedades locais.

PALAVRAS CHAVES: Território de conservação, Unidade de Conservação, Natureza e Atrativo Turístico.

SCHNEIDER, M. M. M. **O Parque Nacional de Ilha Grande, produção e consumo do território turístico.** Dourados, Universidade Federal da Grande Dourados, 2009, pág.

ABSTRACT

Ilha Grande National Park is a grounding of discussions presented in this dissertative work, it is located in the region northwest of the state of Paraná and southwest of the state of Mato Grosso do Sul. It is formed for an archipelago with hundred flat islands that associate to swamps regions, floodplains and floods of plains in the Paraná River, making an extension approximately 140 Km, and represents about 40% of area not dammed of this river, being a witness of the natural features of the islands and floodplains existing of Paraná Basin, whose main specific objective of handle is contributing to the regional development, spreading and encouraging the economic use, ecologically sustainable of the local biodiversity and valuing the historical-cultural base of the region. The objective of this dissertation is presenting a discussion of faced reality from of the researches perfomed like of the tourism projections for the Park through the municipalities south matogrossenses that territorialize with itself. Besides, this has like main objective to combine the analysis of the public politcs nature´s conservation through of the implementation of the Conservation Unity and Tourism by economic recovery of the same nature. Noticed that all the municipalities researched have irregular leisure areas and housing near on the bank of the Paraná river and also the planning of the touristic activity is foundationed in politics of economic development especially with great expectations of public organs and the local population. Proposes of this way a reflection about the possibility of a relation more harmonious between the touristics practicals and in your natural resource, like also the maintenance of the locals societies.

KEY-WORDS: Conservation territory, Conservation unity, Nature and Tourist attraction.

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Localização do Parque Nacional de Ilha Grande e Municípios do Entorno..... 26
Figura 2 – Imagem de satélite do Parque Nacional de Ilha Grande e Municípios do Entorno..... 27
Foto 1 – Parque Nacional de Sete Quedas..... 28
Foto 2 – Imagem à distância de área no interior do Parque Nacional de Ilha Grande..... 34
Foto 3 – Imagens do Parque Nacional de Ilha Grande..... 35
Foto 4 – Paredão das Araras no PNIG..... 36
Foto 5 – Vista aérea parcial da Lagoa Saraiva no PNIG..... 36
Foto 6 – Vista aérea da Praia do Paracaí, no PNIG..... 37
Foto 7 – Vista aérea da Praia do Meião no PNIG..... 37
Foto 8 – Imagens do Parque Nacional de Ilha Grande..... 39
Figura 3 – Área de Proteção Ambiental das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná..... 40
Figura 4 – Loteamento do Parque Nacional de Ilha Grande..... 45
Foto 9 – Produção de subsistência no interior das ilhas em 1987..... 47
Foto 10 – Porte dos peixes em 1993 no Rio Paraná..... 48
Foto 11 – Imagem da Ilha Triângulo em um dos lados de seu polígono..... 53
Foto 12 – Imagem da residência do Sr.Leandro na ilha Triângulo..... 54
Foto 13 – Imagens do clube na ilha Triângulo..... 55
Foto 14 – Imagem da placa de avisos existente no corredor do clube..... 56
Foto 15 – Imagens dos atuais clubes da antiga Pindorama..... 57
Foto 16 – Imagem da residência do Sr. Sebastião e D. Francineide..... 59
Foto 17 – Imagens de um dos clubes existente na propriedade de Sr. Sebastião..... 60
Figura 5 – Mapa de Zoneamento do PNIG..... 91
Foto 18 – Imagens do Porto Caiuá – APP Naviraí-MS..... 105
Foto 19 – Casas de Veraneio do Porto Caiuá..... 106
Foto 20 – Antigo Porto Santo Antônio – APP Itaquiraí-MS..... 109
Foto 21 – Praia da Amizade – APP Itaquiraí-MS..... 110
Foto 22 – Vista parcial da Praia da Amizade, Itaquiraí-MS..... 111
Foto 23 – Imagem aérea do Distrito Morumbi – APP Eldorado-MS..... 117
Foto 24 – Imagens da Escola Silo Vargas no Distrito Morumbi..... 118
Foto 25 – Imagem aérea do Distrito Morumbi – APP Eldorado-MS..... 119
Foto 26 – Porto Fragelli – APP Mundo Novo-MS..... 122
Foto 27 – Imagem da Praia do Cascalho – APP Mundo Novo-MS..... 123
Foto 28 – Imagens da Praia do Cascalho – APP Mundo Novo-MS..... 124
Foto 29 – Falésias de Beberibe, praia do Morro Branco 129
Foto 30 – Parque Nacional do Araguaia-TO..... 131
Figura 6 – Mapa de localização do Parque Nacional do Araguaia-TO..... 132
Figura 7 – Mapa de localização do Parque Nacional do Iguaçu-PR..... 135
Foto 31 – Parque Nacional do Iguaçu-PR..... 136
Figura 8 – Gráfico sobre a faixa etária da população investigada..... 152
Figura 9 – Gráfico sobre a classificação profissional da população investigada..... 153
Figura 10 – Gráfico sobre a escolaridade da população investigada..... 154

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Zonas de Manejo e suas extensões relativas à área total do Parque Nacional de Ilha Grande..... 92
Tabela 2 – Zonas de Uso Conflitante do PNIG, suas áreas absolutas e relativas..... 93
Tabela 3 – Zonas de Uso Extensivo do PNIG, suas áreas absolutas e relativas..... 95
Tabela 4 – Zonas de Uso Intensivo do PNIG, suas áreas absolutas e relativas..... 96
Tabela 5 – Pontos positivos e negativos do turismo em Unidades de Conservação..... 130

ÍNDICE DE ABREVIATURAS

APA	Área de Proteção Ambiental
APP	Área de Proteção Permanente
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CCIR	Certificado de Cadastro de Imóvel Rural
CECA	Conselho Estadual de Controle Ambiental
CIABRI	Consórcio Intermunicipal para a Gestão da Bacia Hidrográfica do Rio Iguatemi.
COGUC	Setor de Plano de Manejo de Unidades de Conservação
CORIPA	Consórcio Intermunicipal para Conservação do Remanescente do Rio Paraná e áreas de influencia
DIREP	Diretoria de Unidades de Conservação de Proteção Integral
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
ha.	Hectare
IAGRO	Agência Estadual de defesa Sanitária, Animal e Vegetal
IAP	Instituto Ambiental Paranaense
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos naturais Renováveis.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
ICMS	Imposto sob Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IMASUL	Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR	Imposto sobre a propriedade Territorial Rural
MET	Ministério do Esporte e Turismo
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
Org.	Organizador ou Organizadores
Parna	Parque Nacional
PEVRI	Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema
PNA	Parque Nacional do Araguaia-TO
PNI	Parque Nacional do Iguaçu-PR
PNIG	Parque Nacional de Ilha Grande
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRODETUR Sul	Programa de Desenvolvimento do Turismo no Sul do Brasil
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SEMA	Secretaria Estadual do Meio Ambiente
SEMACE	Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Ceará
SETUR	Secretaria de Turismo do Estado do Ceará
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPU	Serviço de Patrimônio da União
UC	Unidade de Conservação
UICN	Comissão de Parques Nacionais e áreas protegidas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO..... **14**

INTRODUÇAO..... **16**

1. O PARQUE NACIONAL DE ILHA GRANDE: produção do Território de Conservação **25**

1.1 O processo de criação e caracterização geral do Parque Nacional de Ilha Grande **25**

1.2 Produção do Parque Nacional de Ilha Grande enquanto um território para a conservação e para o turismo..... **43**

2. ATIVIDADE TURÍSTICA: ESTRATÉGIA CAPITALISTA DE APROPRIAÇÃO E DOMINAÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO..... **62**

2.1 Turismo de Segunda Residência **62**

2.2 A idéia de natureza apropriada pela atividade turística **69**

2.3 A produção e o consumo turístico **80**

3. AS PROPOSTAS DE CRIAÇÃO DO TERRITÓRIO TURÍSTICO NO PARQUE NACIONAL DE ILHA GRANDE..... **89**

3.1 O município de Naviraí-MS e suas propostas turísticas ao Parque e seu entorno..... **99**

3.2 – O município de Itaquiraí-MS e suas propostas turísticas ao Parque e seu entorno..... **108**

3.3 – O município de Eldorado-MS e suas propostas turísticas ao Parque e seu entorno..... **115**

3.4 – O município de Mundo Novo-MS e suas propostas turísticas ao Parque e seu entorno..... **121**

3.5 – Analise das propostas turísticas para as áreas do Parque Nacional de Ilha Grande..... **126**

4**. PRODUÇÃO DO PARQUE, O TURISMO E A POPULAÇÃO LOCAL**..... **141**

4.1 – O Parque Nacional de Ilha Grande e as propostas de desenvolvimento para o entorno da Unidade..... **143**

4.2 – A produção do Parque Nacional de Ilha Grande, enquanto um Território Turístico..... **147**

4.3 – Uma breve reflexão sobre a população de entorno ao Parque Nacional de Ilha Grande..... **150**

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... **157**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS..... **162**

ENDEREÇOS ELETRÔNICOS CONSULTADOS..... **169**

APÊNDICES **170**

ANEXOS..... **179**

APRESENTAÇÃO

Os Parques Naturais surgiram no mundo atendendo as necessidades de preservação de áreas específicas que apresentam aspectos naturais considerados importantes para a satisfação humana no sentido de atender o desejo do contato com o chamado mundo natural e mesmo no sentido estético.

O homem entendido como controlador, manipulador, senhor e possuidor da natureza, serve-se, ainda hoje dos Parques como um refúgio pessoal; as áreas protegidas estão cada vez mais carregadas de ideologia simbólica e os métodos de consumo dessas áreas se tornam mais e mais complexos, servindo assim, as necessidades do capital monopolista.

A construção de Unidades de Conservação envolve institucionalmente e constitucionalmente normas, regras e critérios a serem seguidos; aos Parques, por exemplo, são estabelecidas para que sua riqueza natural e estética seja apreciada pelos visitantes, não se permitindo, ao mesmo tempo, a moradia de pessoas no seu interior. (DIEGUES 1996, p.13).

O Parque Nacional de Ilha Grande insere-se nessa discussão como objeto de estudo, analisado diante da construção e consumo do território turístico. Isso porque o Parque possui características interessantes a esse debate, afinal é uma extensa área instituída por Lei como Parque Nacional desde 1.997, porém, ainda não houve uma efetiva regularização fundiária para esse fim, além disso, há grandes perspectivas com relação à implementação da atividade turística, visto a popularidade dessa forma de geração de renda.

Aproveitando-se de que a atividade turística ainda não tomou proporções efetivas diante do órgão administrador do Parque, Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade, faz-se com a execução deste trabalho, reflexões sobre a apropriação de determinadas áreas por tais atividades, já que estão sendo programadas pelo poder público, comparando as propostas de estruturação para tal, analisando os benefícios e malefícios, podendo assim, alertar-se a um modelo turístico que atenda as necessidades das sociedades locais.

Busca-se uma abordagem consciente dos fatores relevantes que permitam haver um melhoramento na aplicação do turismo em áreas naturais, pois como nos lembra MORETTI, as noções dessa atividade, no discurso, destacam a

melhoria das condições de vida da comunidade local, mas, a idéia de qualidade de vida, é entendida a partir do desejo do turista e não das comunidades locais.

A necessidade de amenizar ao menos essa realidade é grandiosa e extremamente trabalhosa, cheia de complexidades, pois como poderemos ver a constituição dessa atividade está alicerçada no modelo de reprodução do capital, por isso os interesses sócio-culturais ficam ás margens dessa ação.

Essa pesquisa insere a problemática existente em torno da manutenção e conservação do Parque Nacional de Ilha Grande, bem como o usufruto de partes dessa região pela atividade turística.

O maior objetivo desse trabalho é conjugar a analise de duas políticas públicas: a de conservação da natureza através da implementação da Unidade de Conservação; e a do Turismo pela valorização econômica da mesma natureza.

As analises referentes ao objetivo exposto são realizadas a partir da ótica sul-mato-grossense, pois as pesquisas estão embasadas a partir das informações coletadas no Estado, basicamente, junto aos habitantes e órgãos públicos ligados ao Parque, isso se justifica pela acessibilidade.

Para a efetivação dessa pesquisa realizaram-se levantamentos de obras e acervos que tratam da referida temática, utilizando-se do estudo de caso, que possuí como características, coleta de dados a partir de questionários, entrevistas e observação sistemática, onde a investigação do caso não é fragmentada, isolado em partes, pois na unidade, todos os elementos estão inter-relacionados. Baseia-se em uma variedade de fontes de informações sendo então necessárias as pesquisas de campo, que serão ressaltadas no decorrer do trabalho.

Pessoalmente essa primeira discussão apresentada faz parte de um entendimento adquirido ao longo de alguns estudos, o que promove um certo fascínio e justifica a escolha do tema para a dissertação de Mestrado.

"A grandeza não consiste em receber honras, mas sim em merecê-las". Aristóteles

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como problemática central a analise da territorialidade produzida em função do discurso da sustentabilidade ambiental, especificamente as Unidades de Conservação e o processo de privatização do público.

As Unidades de Conservação são porções delimitadas do território nacional especialmente protegidas por Lei que contém elementos naturais de importância ecológica ou ambiental.

De modo geral, ao se definir uma área a ser protegida, são observadas suas características naturais e estabelecidos os principais objetivos de conservação e o grau de restrição à intervenção antrópica. Esta área será, então, denominada segundo uma das categorias de Unidade de Conservação previstas por Lei.

As categorias são definidas de acordo com o SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação – Instituído pela Lei 9.985, de 18 de junho de 2000, e dividem-se em dois grupos, o de Proteção Integral e de Uso Sustentável.

São categorias de manejo de Unidades de Conservação de Proteção Integral: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Parque Estadual, Monumento Natural, e Refúgio de Vida Silvestre.

São categorias de manejo de Unidades de Conservação de Uso Sustentável: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Floresta Estadual, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva Particular do Patrimônio Natural e Reserva de Desenvolvimento Sustentável.

Cada categoria contém sua objetividade quanto ao manejo, suas especificidades características, suas normas e restrições, que são expostas no seu Plano de Manejo, afinal, as Unidades de Conservação, devendo cumprir importantes funções ecológicas, científicas, econômicas, sociais e políticas no país, devem ter

suas administrações e manejos fundamentados em princípios de Planejamento atualizado e, portanto, dinâmicos.

A criação das Unidades de Conservação tem sido uma das principais estratégias para a conservação dos elementos da natureza. O modelo de criação das áreas naturais protegidas brasileiras segue o padrão de criação norte-americano. Os preservacionistas dos Estados Unidos propunham ilhas de conservação ambiental, onde o homem pudesse apreciar e reverenciar a natureza em seu estado original. Desta forma, as áreas naturais protegidas se constituíram em espaços públicos.

A concepção de Parques no Brasil provém da criação do primeiro Parque Nacional do mundo, o "*Yellowstone National Park*", inaugurado em 01 de março de 1872. A idéia partia do princípio de proteção da vida selvagem, ameaçada principalmente pelo homem, portanto, nestes locais não poderia haver a presença de comunidades humanas.

Posteriormente, foram criadas áreas com esse mesmo objetivo em países como Austrália, que criou o Parque Nacional Real (15.080 ha) em 1879, o Canadá que criou em 1885 o Parque Nacional de *Banff* (665.410 ha), a Nova Zelândia, que criou o Parque Nacional de *Tongariro* (78.651 ha) em 1887 e a África do Sul que criou o Parque Nacional de *Kruger* (2milhões ha) em 1898.

A idéia de se implantar no Brasil áreas protegidas foi defendida em 1876 por André Rebouças, que propôs, sem sucesso, a criação de Parques Nacionais em Sete Quedas e na Ilha do Bananal, nos mesmos moldes do então recém-criado Parque norte-americano de *Yellowstone*.

Em 1911, Luís Felipe Gonzaga de Campos, também reivindicando a criação de Parques, publicou um mapa dos ecossistemas brasileiros, iniciativa que resultou na criação da Reserva Florestal do Território do Acre, que nunca saiu do papel.

O Código Florestal brasileiro de 1934 estabeleceu o marco legal dos Parques Nacionais. O primeiro Parque brasileiro foi o de Itatiaia (30 mil ha), criado em 1937, na Serra da Mantiqueira, entre os Estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, abrangendo uma conservada área de mata atlântica. Logo depois, foram criados o Parque Nacional do Iguaçu (185 mil ha) e o Parque Nacional da Serra dos Órgãos (10 mil ha), ambos em 1939. No ano de 1961, foi criado o Parque Nacional das Sete Quedas (incluindo as Cataratas de Guaíra-PR), submerso pela represa de

Itaipu anos mais tarde. Em 1946, foi criada a Floresta Nacional Araripe-Apodi (38.493 ha), primeira Unidade de Uso Sustentável brasileira.

De acordo com FONTOURA, *et al*, 2007, a evolução do conjunto de Unidades de Conservação no Brasil variou no decorrer do tempo, mantendo-se praticamente estável nas décadas de 1960 e 1970, registrando aumentos sucessivos das áreas protegidas na década de 1980 e algumas oscilações na década de 1990. Entretanto, é no início deste século que se registra o maior número relativo referente à criação de Unidades.

Até 1989, os Parques e Reservas federais no Brasil eram administrados pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e pela Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA). Em 1989, SEMA e IBDF foram unidos para formar o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), responsável pelo gerenciamento ambiental dessas áreas. A partir de 2007 essa responsabilidade é do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, que foi criado pela Medida Provisória 366, e posteriormente pela Lei 11.516, de 28 de agosto do referido ano a partir de uma reestruturação do IBAMA.

O instituto tem como principal missão cuidar das Unidades de Conservação, fomentar e desenvolver a pesquisa científica dirigida à gestão ambiental. Ao IBAMA são destinados atualmente os trabalhos relacionados a fiscalização e a concessão de Licenças Ambientais.

Pelo exposto, os Parques Nacionais destinam-se à preservação integral de áreas naturais com características de grande relevância sob os aspectos: ecológico, beleza cênica, científico, cultural, educativo e recreativo, vedadas as modificações ambientais e a interferência humana direta, não sendo permitida à moradia da população nos domínios territoriais do Parque. Comportam a visitação pública com fins recreativos e educacionais, regulamentada pelo Plano de Manejo da Unidade.

Segundo COSTA (2005), com relação à moradia de populações tradicionais em Unidades de Conservação, como essa de Proteção Integral, a muito vem sendo discutida pela Comissão de Parques Nacionais e Áreas Protegidas – UICN, por ONG'S, e pela própria ONU.

Afinal, a utilização do modelo norte-americano para áreas protegidas, não é considerado um exemplo a ser aplicado em países como o Brasil, por apresentar características distintas.

A política para Parques Nacionais sofre inúmeras críticas, pois da forma como é pensada segrega o social do ambiental, como se fossem coisas distintas. Principalmente quando se trata de um espaço moldado por um grupo social, que através de seus costumes construíram uma identidade territorial com o lugar, deixando-o cheio de significados e valorizações, sendo esta a responsável pelo sentimento de pertencimento (CAPEL, 1981).

O poder público, governo federal, através do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Chico Mendes procurou avançar na relação entre Unidades de Conservação e sociedade local, a opção foi expandir a visitação de turistas brasileiros e estrangeiros aos Parques Nacionais. A idéia é conceder à iniciativa privada licença para investir e explorar o potencial turístico desses Parques.

Esta política pública em alguns casos pode resultar em parcerias interessantes, com a participação da comunidade no estabelecimento de práticas turísticas. Mas, as experiências vivenciadas e estudadas, tem demonstrado o distanciamento entre as práticas turísticas nas Unidades de Conservação com a população local, por exemplo, com a entrega para exploração dos atrativos a grandes empresas, como é o caso do Parque Nacional do Iguaçu.

Como o principal objetivo a ser atingido por este trabalho foi delimitado - conjugar a análise de duas políticas públicas a de conservação da natureza a do turismo pela valorização econômica da mesma natureza - uma revisão bibliográfica sistemática foi realizada, abrangendo todos os campos pertinentes ao tema, desde a compreensão das áreas de territorialidades e atividade turísticas, sobre residências secundárias, conservação e proteção ambiental, além de um levantamento documental sobre o Parque Nacional de Ilha Grande, nosso objeto de estudo.

A metodologia escolhida para o desenvolvimento deste trabalho foi a de Estudo de Caso:

> A pesquisa em forma de estudo de caso dedica-se a estudos intensivos do passado, presente e de interações ambientais (sócio-econômica, política, cultural) de uma unidade: indivíduo, grupo, instituição ou comunidade, selecionada por sua especificidade. (GRESSLER, 2003, p.55)

No caso deste trabalho esta metodologia será uma importante ferramenta para o profundo entendimento dos processos que tiveram impacto direto no objeto de estudo, ou seja, a Unidade de Conservação, ou mesmo que ainda serão responsáveis por modificações, principalmente sociais, ambientais e econômicas. Para o êxito deste estudo foi realizado um levantamento *in loco* das informações, idéias, conceitos, propostas que circundam o tema proposto, foi executado através de coleta de dados, em especial através de questionários, entrevistas e observações sistemáticas.

A partir dos dados coletados, sua interpretação e contextualização, foi imprescindível compreender o ambiente estudado, considerando não apenas os relatos sobre a área, mas também o uso da subjetividade no momento das visitas a área, está postura e entendimento do trabalho de campo permitiu analises aqui entendidas como relevantes e que superam a simples descrição da produção do espaço. Juntamente com isto, o estudo fundamentado em diversas fontes de informações para a pesquisa de campo não apresenta uma fragmentação dos dados, mas todos os elementos que compõem o cenário deste estudo se co-relacionam, são dinâmicos na sua constituição e a análise realizada, procurou-se nos limites dessa dissertação, abarcar o movimento do real.

A ocupação e produção de ambientes por populações, e suas diferentes fragmentações, sua expansão tecnológica, fatores econômicos, sociais e políticos, tradições e até mesmo suas crenças afetam a biodiversidade de um determinado sistema. Com isto, o entendimento da inter-relação entre essas populações e o ambiente ocupado, foco de nosso estudo, pode ser utilizado para alcançar o objetivo traçado de conciliar essa ocupação do ambiente com a sustentação desta população, resolvendo possíveis crises de biodiversidade. Através do estudo de caso pode-se comparar os efeitos de diferentes padrões de vida sobre a ética de conservação da sociedade e diferentes éticas de conservação de sociedades com padrões de vida comparáveis. [mudanças e agressões ao meio ambiente]

Os municípios lindeiros ao rio Paraná que pertencem ao Estado do Mato Grosso do Sul foram utilizados como referências no campo de relações (construção e consumo do território em questão), devido a possibilidade de realizar o levantamento de dados de forma mais intensa e completa, e pela ausência de estudos no “lado” do Mato Grosso do Sul. Com isto as análises de todos os dados

coletados que se referem ao Parque Nacional de Ilha Grande, foram interpretadas na perspectiva dos municípios sul-matogrossense.

O primeiro contato com a população ribeirinha foi efetivado através de questionários e de algumas entrevistas gravadas, que foram utilizadas para investigar os personagens com diferentes envolvimentos com área do atual Parque Nacional de Ilha Grande. O objetivo deste primeiro contato com essas pessoas, responsáveis pela construção deste espaço geográfico, foi conhecê-las melhor, visto que fazem parte do contexto da história do Parque, e também investigar sobre as relações sociais presentes nessa história, além dos conflitos de desapropriação existentes no local e captar suas opiniões, emoções e até mesmo suas intenções com relação ao futuro.

Para identificar este perfil aplicamos um questionário (apêndice) entre os meses de dezembro/2006 até fevereiro/2007 aos antigos moradores do Parque e de ilhéus que se tornaram ribeirinhos na porção continental de Itaquiraí-MS. Este estudo compreendeu 06 famílias de pescadores que residem no antigo Porto Santo Antônio, na encosta do Rio Paraná, município de Itaquiraí-MS juntamente com 06 famílias de antigos moradores do Parque, intitulados ou posseiros que atualmente residem na cidade de Itaquiraí-MS.

Entrevistas realizadas no dia 20 de dezembro de 2006 e no dia 12 de janeiro de 2007, que de acordo com GRESSLER, 2003 são do tipo não estruturadas, aberta e informal, realizadas com dois veranistas residentes na cidade de Itaquiraí-MS, cujos depoimentos refletem o modo de consumo exercido nas áreas do Parque e representam uma variedade de histórias que compõe o ambiente, na qual consiste no usufruto para satisfação pessoal através do lazer.

Outra entrevista importante foi concedida em 18 de janeiro de 2007, pelo Sr. Eduardo Ortd, ex-agricultor e presidente da Associação dos Ilhéus atingidos pelo Parque Nacional de Ilha Grande e Área de Proteção Ambiental, com sede em Guaíra-PR. Essa entrevista, segundo GRESSLER, 2003, foi do tipo semi-estruturada ou focalizada, e nos proporcionou um conhecimento maior da realidade dos ilhéus que buscam regularizar a situação fundiária em conjunto ao Instituto Chico Mendes. (Roteiro no apêndice).

No mesmo dia foi realizada uma entrevista, também do tipo semi-estruturada ou focalizada, com a Srª. Gabriela Leonhardt, Analista Ambiental, Mestre em Engenharia Florestal e atual Chefe do Parque Nacional de Ilha Grande,

cujo escritório também se endereça em Guaíra-PR. Com isto informações básicas serviram para que pudéssemos constatar a situação atual do Parque, sua história e as dificuldades existentes em torno de sua manutenção e legalização fundiária. (Roteiro no apêndice)

A fim de atualizar as primeiras informações e investigar maiores detalhes sobre o processo de atividades turísticas a serem realizadas nas dependências do Parque entrevistamos novamente a Srª Gabriela Leonhardt, chefe do Parque, em 27 de agosto de 2008. (Roteiro no apêndice)

Uma entrevista do tipo semi-estruturada ocorreu no dia 20 de agosto de 2008, com o Sr. Sandro Roberto da Silva Pereira, Chefe da APA Federal que abrange o Parque Nacional de Ilha Grande, Analista Ambiental e único funcionário do Instituto Chico Mendes responsável pela referida UC, a qual, através de seus depoimentos, nos serviu como importante ferramenta para constatar a relação existente entre as duas Unidades de Conservação confluentes. (Roteiro no apêndice).

Dando continuidade às pesquisas e adentrando ao escopo político e econômico do nosso objeto de estudo, o Parque Nacional de Ilha Grande, foram entrevistados, entre os meses de fevereiro à maio de 2009, os representantes das gerências de Meio Ambiente dos municípios de Naviraí, Itaquiraí, Eldorado e Mundo Novo, além dos responsáveis pela gerência de Desenvolvimento Econômico e Turismo dos municípios de Naviraí e Itaquiraí, todos do Estado de Mato Grosso do Sul. Esta etapa do trabalho teve como finalidade investigar os trabalhos desenvolvidos nas áreas do Parque, correspondente a cada município, sobre o ICMS ecológico arrecadado pelos municípios, a utilização desse recurso, os projetos turísticos planejados para a região do Parque correspondente a cada município e a ocupação da área de mata ciliar pelos atuais ribeirinhos e veranistas (quando o caso). (Roteiros no apêndice)

Ao longo desse processo foram realizadas três visitas às ilhas do Parque Nacional. Na última visita realizada dia 10 de dezembro de 2008 uma entrevista foi realizada com um morador, representando sua família. Com esta entrevista, importantes informações foram coletadas sobre o convívio familiar no local, a relação com os veranistas que visitam periodicamente a ilha, sobre sua situação econômica e sua opinião sobre a atividade turística. (Roteiro no apêndice) Com o mesmo objetivo, no dia 09 de dezembro de 2008, em visitação ao Porto

Caiuá, foram entrevistadas quatro famílias ribeirinhas, no intuito de também investigar as suas relações com o mesmo contexto apresentado acima. (Roteiro no apêndice)

> As técnicas são instrumentos empiricistas ou auxiliares de verificação das hipóteses de análise. É necessário vencer a passividade empirista e a rigidez das técnicas. A ausência de crítica dos instrumentos pode dificultar a percepção de quanto eles são dinâmicos. Colocar em questão as operacionalizações da pesquisa e apresentar onde residem seus limites é o mesmo que evitar o mero endosso aos esquemas de análise. (GUERRA, 2001 p. 29)

Esta dissertação é composta por quatro capítulos, além desta introdução consistindo à base metodológica do presente trabalho e das considerações finais.

No 1º capitulo – O Parque Nacional de Ilha Grande é apresentado em suas peculiaridades excepcionais, sendo estabelecido para isso, o processo de criação e caracterização da área de estudo, além disso, o Parque é tratado como um território produzido para a conservação e para a instalação da atividade turística.

No 2º capítulo – discute-se sobre a atividade turística na sua amplitude, demonstrando a complexidade que a envolve, ainda se analisa o fenômeno turístico de residências secundárias, e ampara a discussão realizada no primeiro capitulo, quando ressalta sobre a produção e o consumo turístico, bem como, a idéia de natureza apropriada pela atividade.

O 3º capítulo – Retrata as propostas de criação do território turístico no Parque Nacional de Ilha Grande, comparando-as com outras Unidades de Proteção Integral onde a atividade é implementada efetivamente, como o Monumento Natural das Falésias de Beberibe, o Parque Nacional do Araguaia e o Parque Nacional do Iguaçu.

O 4º capítulo - Apresenta informações relativas ao objeto de estudo fazendo um retorno ao objetivo do trabalho que é discutir a produção e o consumo do território pela atividade turística, com base na conservação ambiental, demonstrando a importância do estudo geográfico e discutindo sobre a situação da população local.

Em todos os capítulos realizam-se aproximações sobre a temática, integrando teoria e dados coletados.

Na seqüência, apresentam-se as considerações finais, onde apontamos um breve relato síntese da dissertação e as proposições possíveis depois das reflexões apresentadas, a bibliografia utilizada, bem como os endereços eletrônicos consultados, o apêndice e o anexo.

Esta dissertação pretendeu ser uma reflexão sobre a realidade através do olhar geográfico.

1 O PARQUE NACIONAL DE ILHA GRANDE: produção do Território de Conservação.

1.1 O processo de criação e a caracterização do Parque Nacional de Ilha Grande.

O Parque Nacional de Iha Grande – PNIG é considerado pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC[1] uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, ele abrange as Ilhas: Grande, Peruzzi, do Pavão e Bandeirantes, e todas as demais ilhas e ilhotas situadas desde o Reservatório de Itaipu e a foz do Rio Piquiri até a foz dos Rios Amambai e Ivaí, as áreas de várzea e planícies de inundação, situadas às margens do Rio Paraná, as águas lacustres e lagunares em seu entorno e o Paredão das Araras. É administrado pelo Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade.

De acordo com o Plano de Manejo da Unidade, o Parque possui uma área aproximada de 78.875,00 ha, que é abrangida pelos municípios de Guaíra, com 5,72% correspondente a área do referido Parque, São Jorge do Patrocínio, com 20,16%, Altônia, com 17,59%, Vila Alta, com 29,56%, Icaraíma, com 1,90%, Querência do Norte, com 0,13%, e Terra Roxa, com 0,35% no estado do Paraná, e Mundo Novo, com 7,43%, Eldorado, com 3,47%, Itaquiraí, com 3,78% e Naviraí, com 9,91%, no estado de Mato Grosso do Sul. Segundo o mesmo documento, está exatamente entre as coordenadas 23º18' a 24º05'S e 53º41' a 54º16'W, na região sul da planície de inundação do alto rio Paraná.

O acesso à região Norte da Unidade, onde se localiza a sede, é feito através da PR-498 – Vila Alta / Porto Figueira – continuação da PR-485 ou da BR-487. O acesso à Unidade também pode ser feito através do estado do Mato Grosso do Sul por via fluvial. As figuras 1 e 2, denotam especificidades de sua localização.

---

[1] O presente órgão, a partir da Lei 9.985/00, Decreto 4.340/02, define que as Unidades de Conservação compreendem "espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regimes especiais de administração aos quais se aplicam garantias adequadas de proteção".

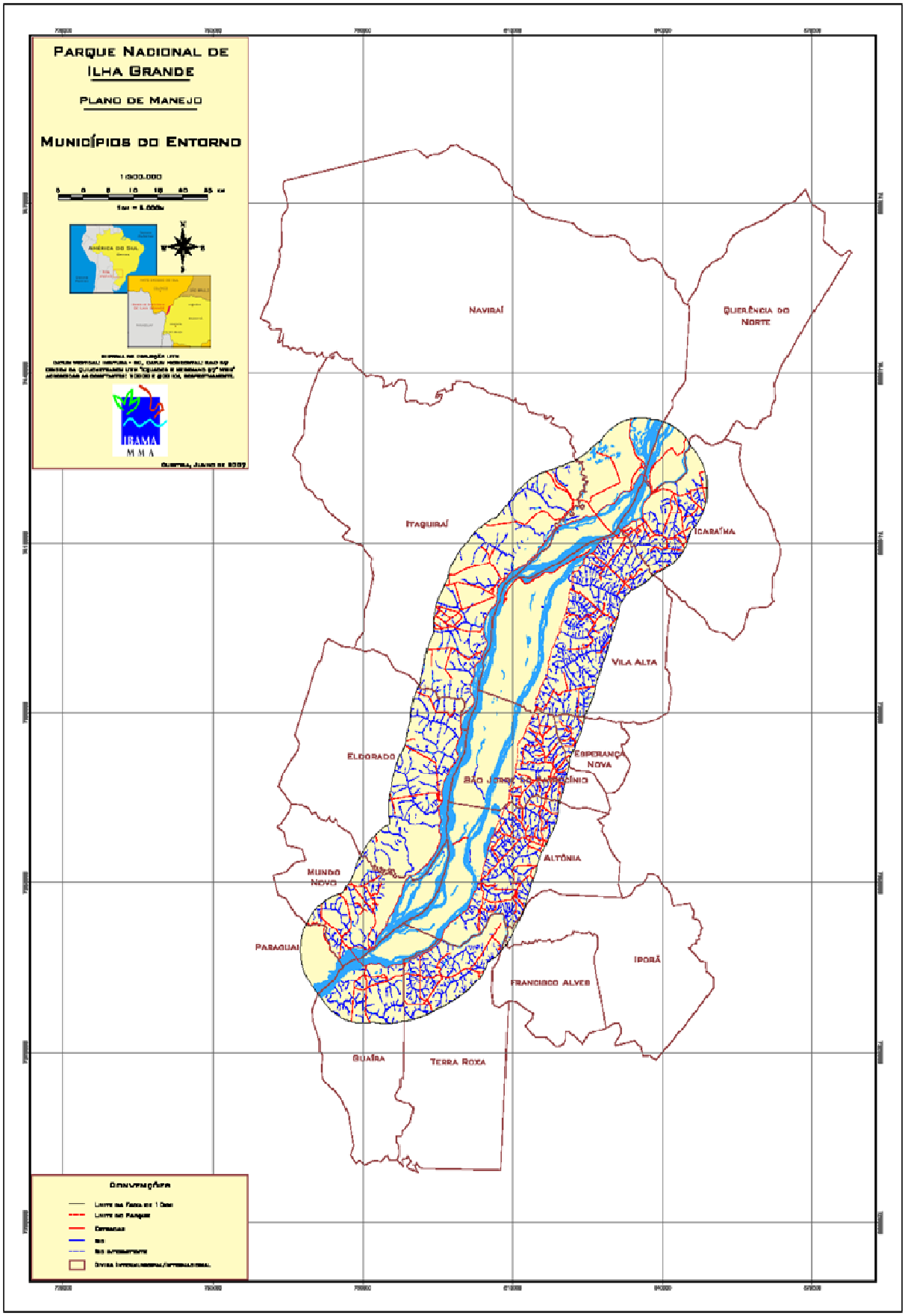

Figura 1- Localização do Parque Nacional de Ilha Grande e Municípios do Entorno.
Fonte: Arquivo do Escritório do Parque Nacional de Ilha Grande. Guaíra-PR/2008.

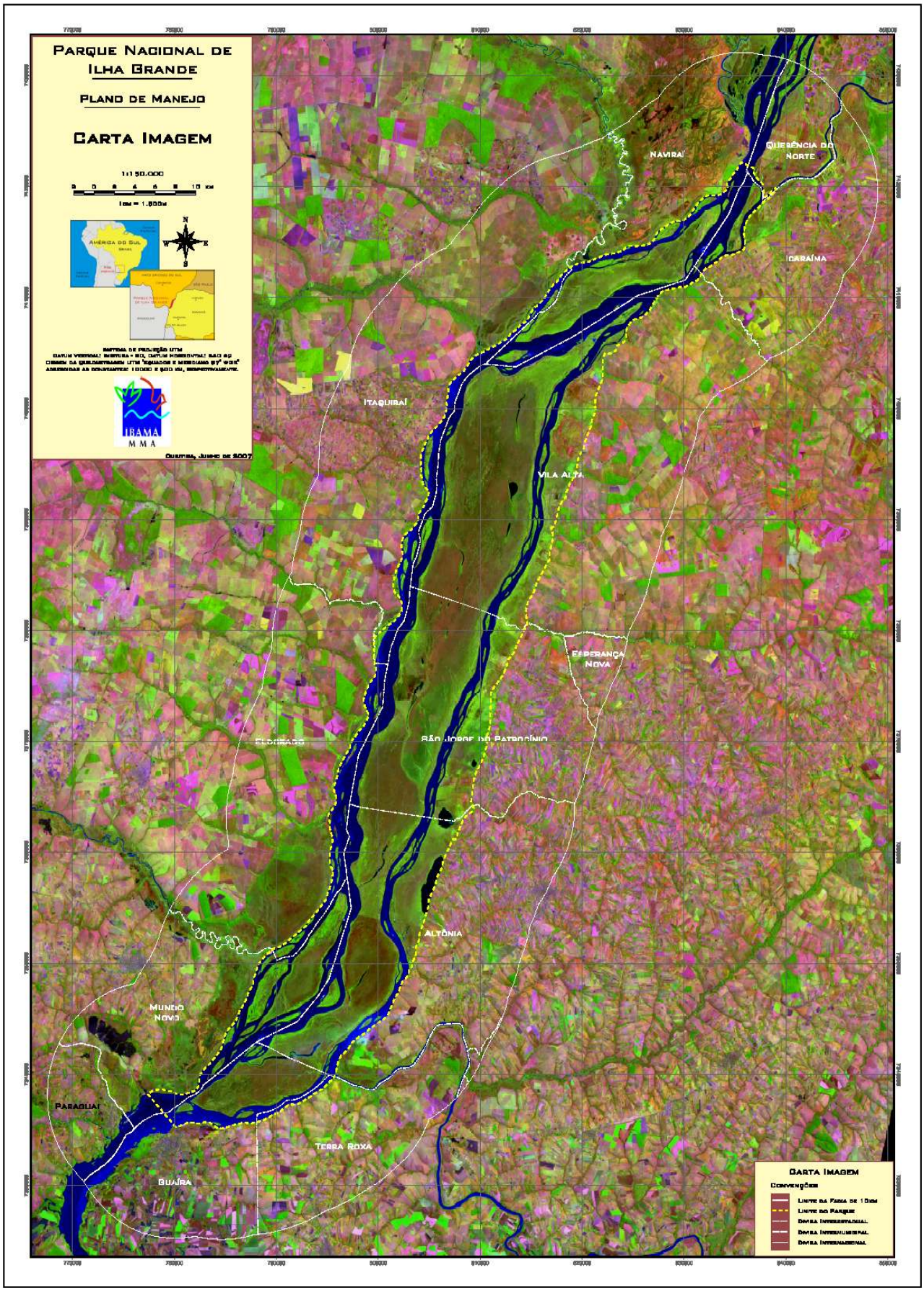

Figura 2- Imagem de Satélite do Parque Nacional de Ilha Grande e Municípios do Entorno.
Fonte: Arquivo do Escritório do Parque Nacional de Ilha Grande. Guaíra-PR/2008.

Antes de ser instituído o Parque Nacional de Ilha Grande foi criado pelo Decreto nº 50.665 em 30 de maio de 1961, pelo Presidente Jânio Quadros, com aproximadamente 144.000ha, o Parque Nacional de Sete Quedas, que abrangia o arquipélago fluvial situado no rio Paraná, de jusante da barra do rio Ivai ao Salto de Sete Quedas (município de Guairá-PR), incluindo as ilhas e ilhotas situadas nos territórios dos Estados do Paraná e atual Mato Grosso do Sul, entre elas a Ilha Grande e a dos Bandeirantes.

As cachoeiras de Sete Quedas estendiam-se por um cânion de 70 metros de largura e, em alguns pontos, possuíam 170 metros de profundidade. Observe a imagem delas na foto a seguir.

Foto 1- Parque Nacional de Sete Quedas.
Fonte: www.moderna.com.br/moderna/didaticos/projeto/2006/1/brasil. Acessado em 06-09.

O Parque Nacional de Sete Quedas era mundialmente conhecido por sua beleza exuberante, e junto com as Cachoeiras de Fóz do Iguaçu, era um dos pontos turísticos mais visitados do país. Segundo o livro *Guiness*, esse é o maior complexo de cachoeiras inundadas do mundo.

De acordo com MOTTA, *In* CAMPOS org. (2001, p. 21), o Parque foi extinto, em 1983[2], para possibilitar a constituição do reservatório da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Seu patrimônio reverteu à União, tendo posteriormente sido matriculado pelo INCRA. Continuando a autora afirma:

> Ainda na década de oitenta, foram iniciados os procedimentos para a construção da Usina Hidrelétrica de Ilha Grande, que faria submergir o conjunto das ilhas e várzeas do remanescente ainda sem barragens do rio Paraná. Posteriormente, esse projeto saiu do horizonte do planejamento do setor energético brasileiro, estando, atualmente suspensa a sua construção[3].

Permaneceu desse projeto, a titulação pelo INCRA, de parte do arquipélago, em especial das ilhas Grande e Bandeirantes, aos ilhéus que à época mantinham posses na região. Tal titulação teve por objetivo garantir aos ilhéus as indenizações devidas pelas áreas que seriam alagadas, o que seria efetuado pela Eletrosul; como o projeto não foi concretizado, a empresa já não era mais responsável pelas indenizações, que seriam cobradas pelos ilhéus mais tarde com a criação do Parque Nacional de Ilha Grande.

O processo de criação do Parque foi desencadeado pelos impactos desses grandes empreendimentos hidrelétricos na bacia do rio Paraná – a perda do Parque Nacional de Sete Quedas e a eminente possibilidade de construção da Usina Hidrelétrica de Ilha Grande, que eliminaria por definitivo o sistema lótico do rio Paraná, foram de acordo com MOTTA, *In* CAMPOS (2001, p.22) os agentes propulsores e estimuladores do despertar da população regional para o desenvolvimento de ações com vistas à proteção da área, já que a mesma, possui especificidades naturais potencialmente reconhecidas pela sociedade pública e civil da região.

O caminho para a proteção das ilhas, várzeas e ecossistemas associados ao rio Paraná passou pela iniciativa dos municípios paranaenses, Vila Alta, Altônia, São Jorge do Patrocínio e Icaraíma, do entorno da Unidade, que criaram APAs municipais, as quais posteriormente se integraram. Estimulados pelo

---

[2] De acordo com as informações registradas no endereço eletrônico www.moderna.com.br o Parque Nacional de Sete Quedas foi submergido em 02 de setembro de 1982.

[3] Para evitar o desabastecimento de energia, diante do crescente consumo e de eventuais estiagens, o governo brasileiro iniciou, desde a década de 1940, a construção de grandes represas e a interligar as usinas hidrelétricas entre si.

ICMs ecológico[4], estes municípios desenvolveram um modelo de gestão ambiental compartilhada, com a criação do Consórcio Intermunicipal para a Conservação do Remanescente do Rio Paraná e Áreas de Influência - CORIPA.

Aos esforços municipais somaram-se os do estado do Paraná, através da criação do seu Instituto Ambiental - IAP, que em 26 de dezembro de 1994 criou a Estação Ecológica Estadual de Ilha Grande, pelo Decreto 4.464, com área de 28.368ha, que compreendia basicamente o centro das ilhas Grande e Bandeirantes, (excluindo-se as áreas habitadas), contudo, MOTTA, *In* CAMPOS, org. (2001, p. 84) explica: "(...) a categoria de manejo (Estação Ecológica) não se adequava técnica e conceitualmente ao complexo ecossistêmico a proteger, dadas as suas características ambientais e culturais, entendidas no aspecto mais amplo, inclusive socioeconômico".

Continuando, a autora explica que à proteção da área de Estação Ecológica Estadual foi considerada insuficiente, inclusive por questionamentos de ordem jurídica, que contestaram a criação de uma Unidade de Conservação estadual sobre terras públicas federais, afinal, tais áreas foram poupadas da titulação efetivada em 1983 pelo INCRA, por constituírem áreas de várzeas e lagoas. Além disso, ressalta a autora, as ações fiscalizatórias das equipes das APAs municipais enfrentaram nessa época, dificuldades, pelo cometimento de ações predatórias[5] no entorno, onde não poderia atual a fiscalização municipal, tampouco o policiamento militar florestal uma vez que extrapolava fronteiras estaduais.

Estas razões, de acordo com MOTTA, *In* CAMPOS, org. (2001, p.85), levaram a Superintendência do IBAMA no Paraná e o Instituto Ambiental – IAP, a editarem a Resolução conjunta IBAMA/IAP nº 01/97, constituindo um grupo de trabalho para elaborar a proposta e adotar as demais medidas necessárias á criação de duas Unidades de Conservação Federais: o Parque Nacional de Ilha Grande e a Área de Proteção Ambiental[6].

---

[4] De acordo com LOUREIRO, *In* CAMPOS org. (2001), o ICMS Ecológico é um remanejamento de receita tributária, com base na proteção ambiental que um determinado município aplica no seu território. Esta redistribuição de receita se dá na forma de inserção de critérios ecológicos no rateio da cota-parte municipal de ICMS.

[5] Muitas ações predatórias foram registradas no conteúdo do livro de CAMPOS, org. (2001), entre elas, podemos destacar a exploração de madeira, o extermínio e a caça comercial de animais silvestres, a extração da *Pfaffia glomerata*, conhecida como ginseng-brasileiro, o manejo indevido dos solos, etc.

[6] A APA Federal, dentro da categoria de Unidade de Conservação de Uso Sustentável, foi instituída com o objetivo de auxiliar na proteção das áreas adjacentes e ilhas do rio Paraná, além de servir como zona de amortecimento para o Parque.

Foi então em 30 de setembro de 1997, pelo Decreto Federal s/nº, que o vice-presidente da República, Marco Antonio de Oliveira Maciel, no exercício do cargo de Presidente da República, em uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 5º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e no Decreto nº 84.017, de 21 de setembro de 1979; Toma as providências e decreta:

> Art. 1º Fica criado o Parque Nacional de Ilha Grande, abrangendo as Ilhas Grandes, Peruzzi, do Pavão e Bandeirantes, e todas as demais ilhas e ilhotas situadas desde o Reservatório de Itaipu e a foz do Rio Piquiri até a foz dos Rios Amambai e Ivaí, as áreas de várzea e planícies de inundação, situadas às margens do Rio Paraná, as águas lacustres e lagunares e seu entorno e o Paredão das Araras.
> Art. 2º O Parque Nacional da Ilha Grande fica localizado nos Municípios de Altônia, São Jorge do Patrocínio, Vila Alta e Icaraíma, no Estado do Paraná, e Mundo Novo, Eldorado, Naviraí e Itaquiraí, no Estado de Mato Grosso do Sul, e apresenta os limites e confrontações, descritos a partir das cartas topográficas.
> Art. 3º Ficam excluídas dos limites do Parque Nacional de Ilha Grande as águas fluviais destinadas à navegação.
> Art. 4º O Parque Nacional de Ilha Grande será administrado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA[7], que deverá tomar as medidas necessárias para a sua efetiva implantação.
> Parágrafo único. O IBAMA poderá atuar em conjunto com o Instituto Ambiental do Paraná-IAP e a Superintendência de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul-SUPEMA, com o Consórcio Intermunicipal para a Conservação do Remanescente do Rio Paraná-CORIPA e Áreas de Influência, e com os demais municípios inseridos na área de influência do Parque.
> Art. 5º Os imóveis sob domínio privado, localizados dentro dos limites do Parque, ficam declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação, nos termos do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, devendo o IBAMA adotar as providências que se fizerem necessárias.
> Art 6º Os bens de domínio público inseridos nos limites do Parque serão objetos de cessão de uso ao IBAMA, devendo a Secretaria do Patrimônio da União do Ministério da Fazenda adotar as providências cabíveis.
> Art. 7º No prazo de até cinco anos, a contar da data da publicação deste Decreto, será elaborado o Plano de Manejo do Parque Nacional de Ilha Grande, com a participação dos Estados e Municípios envolvidos.
> Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Segundo CAMPOS, org. (2001, p. 28), com a criação do Parque a Estação Ecológica Estadual foi convertida em Zona Intangível da Unidade pelo Decreto Estadual nº 3.730, de 04 de novembro de 1997.

De acordo com a Chefe[8] do Parque Nacional de Ilha Grande, desde então não há problemas ao estabelecer na região a legislação vigente, pois mesmo

---

[7] O IBAMA foi dividido pela Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, sendo criando para isso, outra autarquia federal responsável unicamente pelos serviços que envolvem a gestão de Unidades de Conservação, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

estando na divisa entre dois Estados, a Lei Federal é superior às estaduais, exceto quando essas forem mais restritivas do que a mesma, contudo, isso é raro.

A criação do PNIG deve-se também, como mencionado, a reivindicação da sociedade – principalmente paranaense em especial de Guaíra, cidade que de acordo com LOUREIRO, *In* CAMPOS, org. (2001, p. 75) teve um profundo declínio econômico em função da perda de seu maior patrimônio natural, o conjunto de Sete Quedas – sob o objetivo de conservar o resquício do ambiente destruído, por suas características peculiares, que embora distintas do conjunto de cachoeiras, apresenta uma rica diversidade natural e representa um patrimônio histórico com valor cultural.

No Parque existem sítios arqueológicos de excepcional relevância para a compreensão da ocupação humana no sul do Continente Americano, incluindo-se as áreas de ocupação dos índios Xetá, considerados extintos, além de reduções e cidades jesuíticas (índios Guarani) que remontam ao século XVII, insuficientemente estudados e carentes de proteção.

O nome da Unidade foi escolhido levando em consideração o mais significativo "acidente geográfico", no caso a Ilha Grande.

A Unidade possui um relevo "plano" formado por um arquipélago com centenas de ilhas e ilhotas que se associam às regiões pantanosas, de várzeas e planícies de inundação, constituem-se num ecótono (zona de transição) entre a Floresta Estacional Semidecidual[9], o Cerrado e o Pantanal.

A região fitogeográfica onde está inserido o Parque é a da Floresta Estacional Semidecidual, segundo classificação adotada pelo IBGE (1992). Entretanto, quase a totalidade da Unidade é recoberta por Formações Pioneiras com Influência Fluvial, representada pelas várzeas, pântanos e lagoas, ocupadas por vegetação herbácea e, mais raramente, arbórea.

O padrão fisionômico das formações pioneiras é tipicamente campestre. Em áreas de acumulação, periódica ou permanentemente inundadas,

---

[8] Gabriela Leonhardt é Mestre em Engenharia Florestal, Analista Ambiental e Chefe do PNIG. – Funcionária Executiva do Instituto Chico Mendes. Concedeu a este trabalho duas entrevistas, a primeira dia 18/01/07, a segunda dia 27/08/08, formalizadas a partir de anuência para publicação.

[9] O conceito ecológico deste tipo de vegetação está condicionado pela dupla estacionalidade climática: uma tropical, com época de intensas chuvas de verão seguidas por estiagens acentuadas; e outra subtropical, sem período seco, mas com seca fisiológica provocada pelo intenso frio de inverno, com temperaturas médias inferiores a 15°C.

instalam-se comunidades vegetais que vão desde as pantanosas herbáceas (hidrófitas) até as arbustivas.

Segundo CAMPOS, org. (2001, p. 5-6), é possível identificar três agrupamentos florestais peculiares e distintos, tais como:

> i) Agrupamento situado sobre solos altamente hidromórficos: situados em áreas freqüentemente cobertas pelas águas dos rios, permitindo apenas o desenvolvimento de espécies altamente seletivas, como *Calophyllum brasiliense* (guanandi), *Inga affinis* (ingá) e *Cecropia pachystachya* (embaúba);
> ii) Agrupamentos situados em áreas mais enxutas e melhor drenadas: apresenta uma vegetação mais densa com ocorrência de *Protium heptaphyllum* (almécega), *Unonopsis lindmanii, Guazuma ulmifolia* (mutambo), entre outras:
> iii) Agrupamentos situados em áreas sobre diques marginais: é formada por uma vegetação bastante densa, constituída de árvores emergentes com 20 a 25 metros de altura, entre as quais *Sloania guianensis* (pateiro) *Gallesia integrifolia* (pau-d'alho), *Ficus obtosiuscula* (figueira branca). As áreas dos diques marginais, por serem as mais altas e, portanto, menos sujeitas a inundação, foram as que sofreram maior impacto antrópico, principalmente com a implantação de culturas anuais e pastagem, estando, atualmente, com a vegetação bastante descaracterizada.

A foto 2 apresenta uma parcela da paisagem do Parque, identificando algumas características da situação atual da vegetação dominante na área. A vegetação mais densa concentra-se basicamente nas encostas do rio, o campo aberto até chegar na mata ciliar passou por diferentes transformações, pois é fruto do processo de ocupação da área, perdendo assim os aspectos fisionômicos originais classificados por CAMPOS, (2001).

Foto 2 – Imagem à distância de área no interior do Parque Nacional de Ilha Grande. Autoria: Michelle M.M. Schneider. Janeiro/2008.

Os ambientes das ilhas tiveram origem há aproximadamente 8.000 anos, durante uma época de alta pluviosidade do período Quaternário e apresentam as feições atuais de lagoas e pântanos geradas a partir de 1.500 anos atrás (STEVAUX *et al*., 1997; citado por CAMPOS, 2001).

O processo de formação e transformação do ambiente natural possibilita a observação de mata ciliar composta de vegetação arbórea densa, vegetação aquática macrófitas (aguapé) e formações pioneiras com influência flúvio-lacustre (expressas nas áreas de várzeas e pantanosas). (Foto 3)

Foto 3 – Imagens do Parque Nacional de Ilha Grande.
Fonte: Arquivo do Escritório do Parque Nacional de Ilha Grande, Guaíra-PR. Imagens do período entre os meses de agosto e novembro / 2006.

No Parque Nacional de Ilha Grande, há também superfícies verticais ou subverticais expostas de arenito da formação Caiuá existentes em alguns pontos ao longo das margens do rio Paraná, com alturas aproximadas de 10 a 20 metros, e encontram-se recobertos por espécies rupícolas e outras formas de vida associadas. A foto 4 mostra-nos como exemplo o Paredão das Araras, com cerca de 3km, entre o Porto Camargo (Icaraíma-PR) e a foz do rio Ivaí.

Foto 4 – Paredão das Araras, no PNIG.
Fonte: Plano de Manejo. Encarte III, p. 11.

Além dos paredões de arenito, o Parque é formado por inúmeras lagoas isoladas e relativamente inacessíveis bordejadas por estreitas faixas de vegetação arbórea em diversos estágios de sucessão natural. A foto 5 mostra-nos uma das maiores lagoas da Unidade, a Lagoa Saraiva, tendo, ao fundo, o canal oeste do rio Paraná.

Foto 5- Vista aérea parcial da Lagoa Saraiva no PNIG.
Fonte: Plano de Manejo. Encarte III, p. 46.

O Parque também possui praias de água doce que são formadas durante o rebaixamento das águas do rio Paraná e o conseqüente aparecimento de bancos de areia nos períodos mais secos. Essas são as áreas mais visitadas da Unidade, e chega a concentrar, de acordo com o Plano de Manejo, multidões nos finais de semanas e em dias similares, mesmo não havendo ainda uma regulamentação do Uso Público na Unidade. As fotos 6 e 7 nos mostram imagens de duas das praias mais visitadas no Parque.

Foto 6 – Vista aérea da Praia do Paracaí, no PNIG.
Fonte: Plano de Manejo, Encarte III, p. 52.

Foto 7 – Vista aérea da Praia do Meião no PNIG.
Fonte: Plano de Manejo, Encarte III, p. 209.

No Parque há uma dominância de depósitos aluviais dos quais se originam solos hidromórficos (Gleys e Orgânicos), na sua maioria, e não hidromórficos (Cambissolos), os quais condicionam o estabelecimento de espécies de plantas adaptadas às condições de saturação hídrica, quer seja permanente ou temporária.

A vegetação proporciona a manutenção de uma fauna representada por espécies de grande valor para a biodiversidade, muitas delas raras, em perigo ou ameaçadas de extinção, como por exemplo: o cervo-do-pantanal (*Blastocerus dichotomus*), o puma ou sussuarana (*Puma concolor*), a onça-pintada (*Panthera onca*), o tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*), a lontra (*Lutra longicaudis*), a ariranha (*Pteronura brasiliensis*), os bugios (*Alouatta fusca* e *A. caraya*), o jacaré-de-papo-amarelo (*Caiman latirostris*), a sucuri (*Eunectes sp*.), a jibóia (*Boa sp*.), dentre os peixes cita-se: dourados (*Salminus maxillosus*), jaús (*Paulicea luetkni*), armados (*Pterodoras granulosos*), pintados (*Pseudoplatystoma corruscans*), pacus (*Piaractus mesopotamicus*), da avifauna cita-se*:* jaburu (*Jabiru mycteria)*, jaó (*Cryptrellus undulatus*), mutum (*Crax fasciolata*), colheiro (*Jaia ajaja*) e jacanã (*Jacana jacana*), dentre inúmeras outras.

Mesmo sendo raras e ameaçadas de extinção algumas espécies como, por exemplo, as representadas pelas imagens na Foto 8, são encontradas com mais freqüência em alguns pontos do Parque; pontos de difícil acesso, distantes da presença humana, geralmente nas regiões centrais das ilhas maiores, cujo habitat principal são as áreas de várzeas.

Foto 8 – Imagens do Parque Nacional de Ilha Grande.
Fonte: Arquivo do Escritório do Parque Nacional de Ilha Grande, Guaíra-PR. Imagens do período entre os meses de agosto e novembro / 2006.

Como já mencionado, o PNIG está inserido numa Área de Proteção Ambiental (APA) Federal, que foi criada em conjunto com o mesmo, com o propósito de minimizar os impactos até chegar a seu ambiente natural, que deve ser protegido integralmente. Essa UC. é caracterizada por compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável[10] dos seus recursos naturais, ou seja, como define a redação da Lei nº 9.985, de 18/07/2000, a exploração dos recursos devem ser realizadas de forma a garantir sua perenidade, mantendo a biodiversidade e processos ecológicos.

[10] Optou-se nesse trabalho por não ser discutida a polêmica que envolve o conceito de sustentabilidade.

A esta APA (Figura 3) é delimitada uma área de aproximada 1.003.059 ha. e compreende as ilhas e ilhotas do rio Paraná, as águas lagunares e lacustres, as várzeas, planícies de inundação e locais como o Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema e a Estação Ecológica do Caiuá. Esses ambientes estão localizados em 25 municípios brasileiros, sendo 14 no Paraná, 10 no Mato Grosso do Sul e 01 em São Paulo.

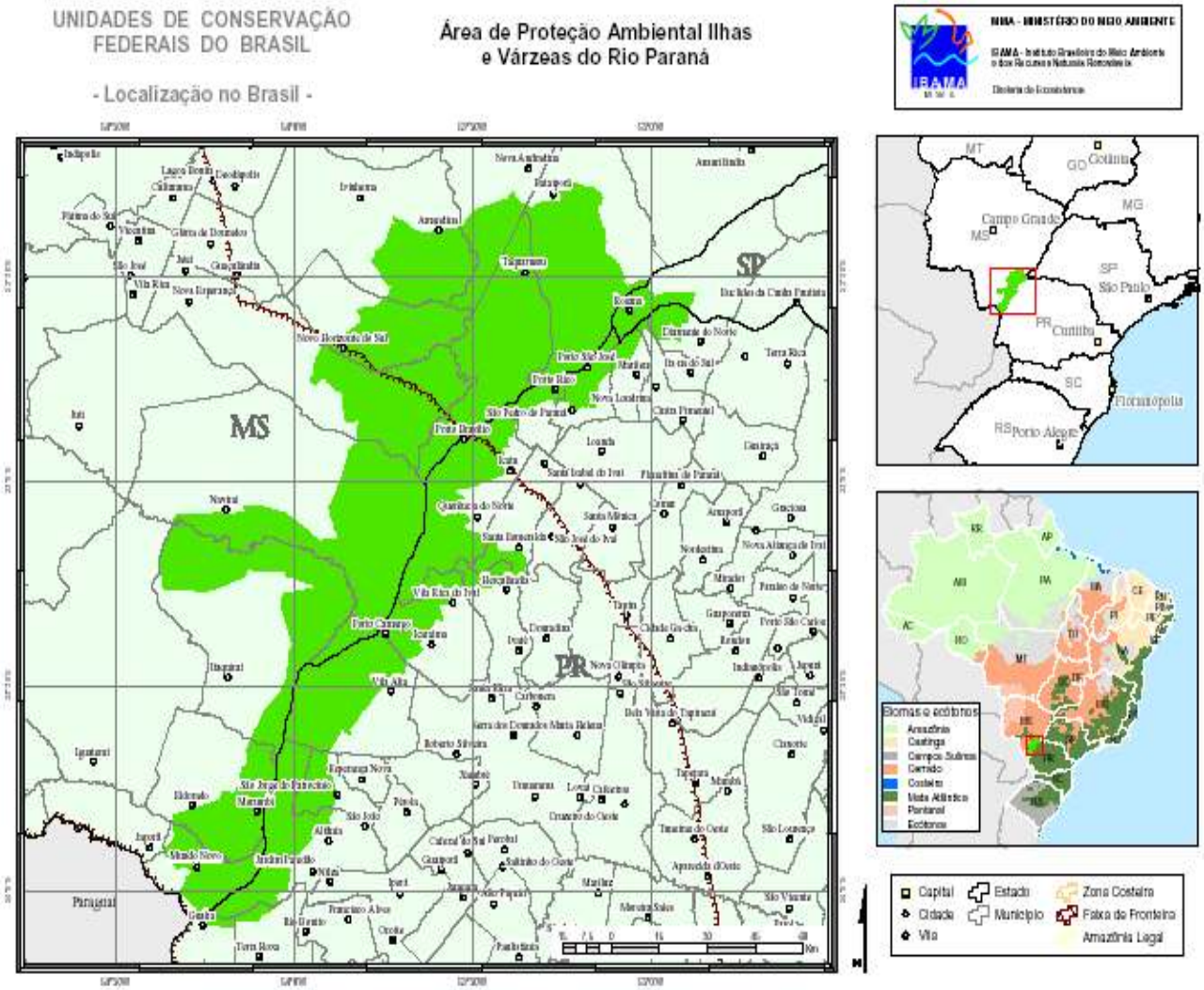

Figura 3- Área de Proteção Ambiental das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná.
Fonte: www.ibama.gov.br – Acessado em janeiro/2008.

Embora a APA Federal tenha sido criada no mesmo momento que o PNIG, sob as mesmas circunstâncias reivindicatórias da população, ao serem criadas primeiramente pelo poder público paranaense as APAs municipais, o

Chefe[11] da APA afirma que a proporção territorial da mesma não esta propriamente vinculada com o tamanho das áreas amparadas do Parque, mas sim, estão relacionadas com as propriedades do ambiente que ela mesma enquanto Unidade Sustentável está inserida, os ambientes são tão importantes, ressalta ele, que depois da criação da APA Federal, se criou outras Unidades de Conservação, como o PEVRI, por exemplo.

A exemplo do Estado do Paraná, o Estado de Mato Grosso do Sul, inicia desde o ano de 2002, os mesmos procedimentos ao criarem também suas APAs municipais[12] dentro da APA Federal, e também a trabalharem no sistema de consórcios intermunicipais afim de se fortalecerem, possuindo maiores condições de proteção aos ambientes destinados a conservação, além de instituí-los enquanto Unidades de Conservação.

A partir do que foi exposto, constatamos que tanto o PNIG quanto a APA Federal possuem grandiosas extensões territoriais aos seus domínios, e os cuidados são destinados unicamente ao Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade, mantendo atualmente um funcionário (os Chefes) para cada Unidade de Conservação citada, que atuam, na região com o apoio material e imaterial (recursos humanos principalmente) dos consórcios intermunicipais, além dos órgãos Estaduais de Meio Ambiente como é o IAP e o IMASUL.

Para estabelecer as zonas de atividades dentro de uma Unidade de Conservação, faz-se necessário à elaboração de um documento oficial que embase qualquer procedimento dentro dos limites da mesma. O Plano de Manejo é esse documento técnico que subsidia ações especificas de manejo, como recuperação de áreas, propostas de alternativa de renda, propostas de educação ambiental, etc.

Conforme o Decreto de criação do PNIG, Art. 7, o Plano de Manejo da Unidade deveria ser finalizado em um prazo de 05 anos desde 1997, quando o Decreto foi instituído, passaram-se 11 anos até que o documento estivesse efetivamente concluído (final de 2008). De acordo com a Chefe do Parque, a morosidade deu-se por conta das ações judiciais deferidas pelos ilhéus a fim de requererem as indenizações pelo pedido de interdição das ilhas, bem como de

---

[11] Sandro Roberto da Silva Pereira é Chefe da APA Federal -Funcionário Executivo do Instituto Chico Mendes. Concedeu a este trabalho uma entrevista dia 20/08/08, formalizada a partir de anuência para publicação.

[12] De acordo com o Chefe da APA Federal, cada município fronteiriço ao Parque no Estado do Paraná possui sua APA municipal, e no Estado de Mato Grosso do Sul, há apenas 03 anos essa iniciativa, nesse Estado, existe um consórcio instituído por Iguatemi, registrado como CIABRI.

desapropriação, promovidos pelo IBAMA (na época, autarquia responsável pelas UCs).

Como ressalta a Chefe do PNIG, antes do Plano de Manejo ser concluído e aprovado, o instrumento utilizado pela administração do Parque eram as próprias Leis Federais, nas palavras da entrevistada: “todos os procedimentos realizados dentro do Parque são subordinados a uma Lei e dentro dela é que se fará as ações, logo, os trabalhos de fiscalização e monitoramento, que já estavam sendo realizados pelo órgão federal se tornam independentes do Plano de Manejo”.

O Plano de Manejo é um instrumento de planejamento e gerenciamento das Unidades de Conservação, elaborado após a devida análise dos fatores bióticos, abióticos e antrópicos existentes em uma Unidade e em seu entorno, que prevê ações de manejo a serem implementadas.

Segundo informações do IBAMA, o planejamento ordenado dessas ações em uma Unidade de Conservação é fundamental para garantir a preservação dos recursos naturais nela existente e a consecução dos benefícios indiretos de ordem ecológica, econômica, científica e social dela advindos.

O documento "Roteiro Metodológico de Planejamento de Parque Nacional Reserva Biológica e Estação Ecológica" (IBAMA, 2002) prevê um planejamento contínuo e gradativo, compreendido em fases, onde o grau de conhecimento da área é determinante para o nível de intervenção a ser proposto no planejamento.

O Mater Natura[13] - Instituto de Estudos Ambientais foi contratado para realizar os trabalhos de elaboração do Plano de Manejo do PNIG, executado sob a supervisão e coordenação técnica da DIREC/Coordenação de Gestão de Unidades de Conservação - COGUC/Setor de Plano de Manejo de Unidades de Conservação, permitindo assim que o IBAMA cumpra com um dos seus objetivos de dotar as Unidades de Conservação Federais, de um Plano de Manejo atualizado.

O financiamento para a elaboração deste Plano de Manejo provém de medida compensatória oriunda da construção da Usina Hidrelétrica de Ourinhos pela empresa Ourinhos Energia S.A., na divisa entre São Paulo e Paraná.

---

[13] O Mater Natura - Instituto de Estudos Ambientais é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, com sede em Curitiba, Paraná. Declarada de Utilidade Pública pelo governo do estado do Paraná (Lei nº 9.085/89) e pelo município de Curitiba (Lei nº 7.577/90). Em dezembro de 2003 foi qualificada pela Secretaria Nacional da Justiça como OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público. Foi fundada em 07 de agosto de 1983, por um grupo de estudantes do curso de Biologia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR.

Embora a construção da Usina Hidrelétrica de Ourinhos não tenha causado impacto direto ao ambiente do Parque Nacional de Ilha Grande, de acordo com a Chefe do Parque, foi definido pela câmara de compensação ambiental de Brasília que esse recurso deveria ser direcionado para essa Unidade de Conservação em especifico. Leonhardt (2008) explica, que se há um empreendimento que afeta diretamente uma UC, os recursos de compensação ambiental devem ser direcionados a ela, mas se o empreendimento não afeta nenhuma UC, o recurso pode ser destinado a qualquer Unidade.

E ainda nos esclarece que a Lei determina que a compensação ambiental de empreendimentos como este, deve ser usada primeiramente para a regularização fundiária, não sendo esse recurso suficiente, ele pode ser usado para a elaboração do Plano de Manejo, a partir de então há uma seqüência definindo onde deverá ser aplicado o recurso se o valor estabelecido não for suficiente ás ações prioritárias.

Quando indagada a respeito dos trabalhos que serão realizados pelo Instituto no Parque a partir de agora, já que o Plano de Manejo obrigatoriamente deve ser posto em prática, a Chefe do Parque ressalta que é preciso seguir um cronograma que já está definido, e se prioriza os planos de uso público por conta da demanda de prefeituras e comunidades, além de ser um interesse do próprio Instituto, e também de continuar evoluindo com os processos de regularização fundiária, que acontece atualmente por meio de compensação de Reserva Legal, a partir do Edital IBAMA/SUPES – PR Nº 00/2006, de 20/02/2006.

1.2 Produção do Parque enquanto um Território para a Conservação e para o Turismo

O Parque Nacional de Ilha Grande apresenta especificidades próprias, garantindo uma certa singularidade com relação a outros Parques brasileiros, essa diferenciação provém não só das muitas características naturais endêmicas da região, mas também pela situação histórica e fundiária do território delimitado ao Parque.

Segundo a Chefe do Parque, cerca de 31,5% desse território que compreende as ilhas e ilhotas do rio Paraná, são de propriedades privadas, além disso, há algumas famílias ainda residindo no interior do Parque, contudo, não se

sabe exatamente o número de pessoas que sobrevivem da exploração desse ambiente.

Leonhardt, (2007) explica que essa área territorial que se denomina: “Parque Nacional de Ilha Grande”, foi loteada em exatos 1.285 terrenos com delimitações variadas, pelo INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – no inicio dos anos 80, quando estudos apontavam que a criação de uma Usina Hidrelétrica em Guaíra, iria inundar toda a área, e como já haviam muitas famílias constituindo residência no local, achou-se adequado legalizar as propriedades, para que posteriormente a Eletrosul, pudesse desapropriá-los devidamente com o pagamento de indenizações.

Como já mencionado, o projeto de construção da Usina Hidrelétrica Ilha Grande, não se concretizou, porém, de acordo com Leonhardt (2007), 75 dos 1.285 lotes foram desapropriados devidamente pela empresa, e 405 lotes não foram titulados e distribuídos pelo INCRA, isso significa que 480 lotes já pertenciam a União antes mesmo do Parque, e 805 lotes foram regularizados como propriedade privada, ficando de fora dessa divisão muitas das áreas de várzeas e sem condições agrícolas.

O mapa a seguir, (Figura 4) mostra em detalhes essa divisão territorial do Parque em lotes.

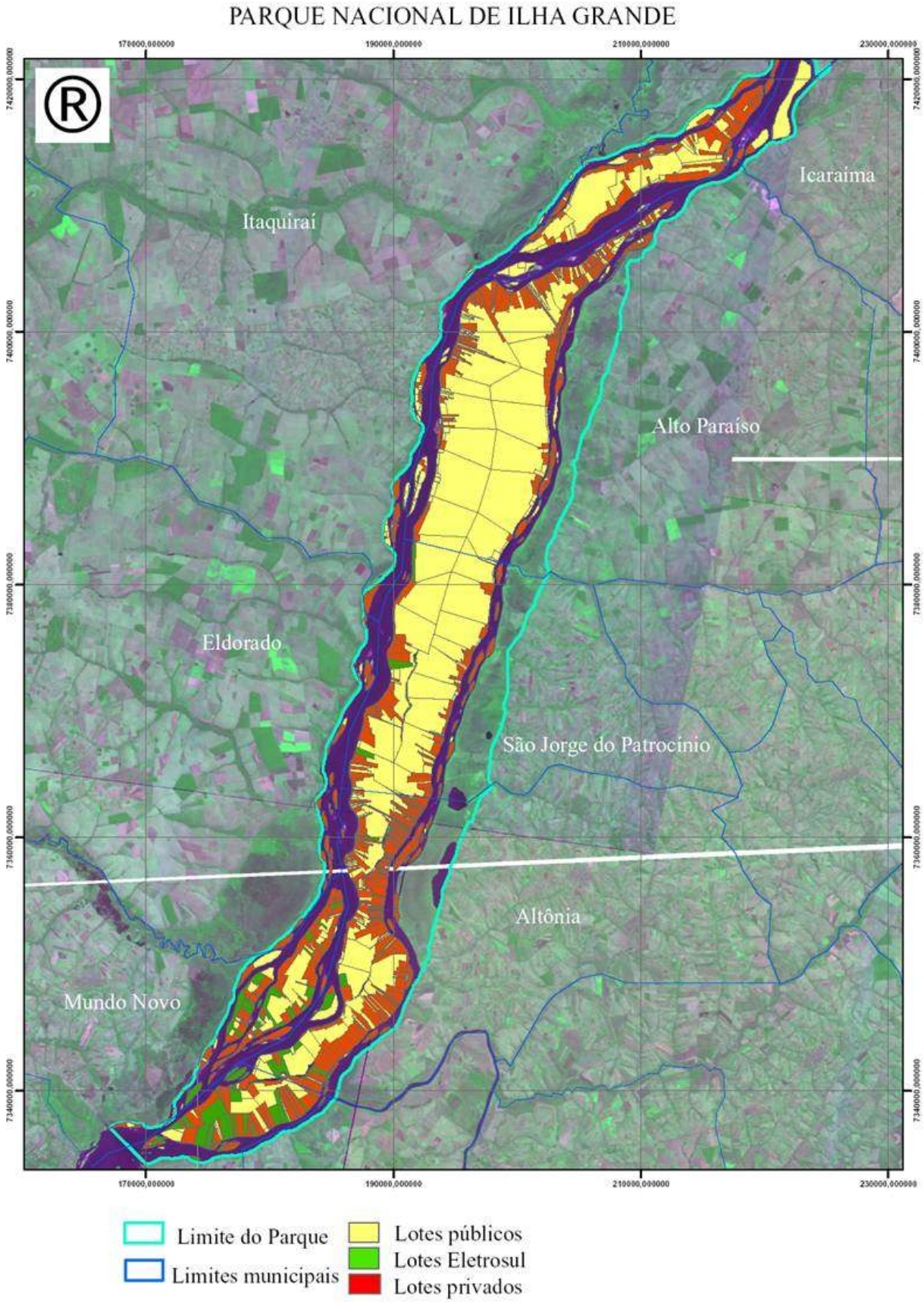

Figura 4 – Loteamento do Parque Nacional de Ilha Grande.
Fonte: Arquivo do Escritório do Parque Nacional de Ilha Grande. Guaíra-PR.

Antes da implementação do Parque, as famílias sofriam com as enchentes produzidas pela hidrelétrica de Itaipu, e após sua criação foram proibidos de produzir qualquer tipo de cultura nas suas propriedades. Segundo o representante dos Ilhéus[14], após o Parque, nenhuma família recebeu numerário indenizatório algum pela desapropriação do lugar, algumas pessoas pela idade avançada, morreram com a esperança de receber, há algumas famílias que resistem, e apesar de serem impostas multas por penalidade ambiental, continuam tirando do ambiente seu sustento.

Na concessão da entrevista o representante dos ilhéus também faz uma retrospectiva histórica dizendo que as terras das ilhas foram ocupadas na década de 1950 com a ocupação do oeste paranaense por pessoas menos abastadas financeiramente, pois segundo ele: "As terras eram gratuitas, ninguém as cobiçava, de uma fertilidade extrema, totalmente favorável (...)" devido a grande quantidade de peixes, a abundância de alimentos produzidos naquele solo, enfim, o Sr. Ordt inicia seus relatos sobre a ocupação da área a partir desse acontecimento e diz que antes dos títulos serem emitidos e distribuídos aos proprietários, esses lotes foram divididos aleatoriamente sem nenhum principio, os primeiros habitantes eram "donos" da quantidade de terras que podiam cercar, além disso, após a verificação das condições favoráveis á subsistência, eles eram negociados mesmo sem documentos [a posse tinha valor].

As imagens registradas em fotos por antigos moradores da área, retrata essa relação de produção e de subsistência.

[14] Eduardo Ordt é ex-agricultor e Presidente da Associação dos Ilhéus atingidos pelo PNIG. e APA Federal. Concedeu a este trabalho uma entrevista dia 18/01/07, formalizada a partir de anuência para publicação.

Foto 9 – Produção de subsistência no interior das ilhas em 1987.
[15]Fonte: Foto do arquivo pessoal de Severino Casagrande.

A maior parte das famílias entrevistadas descrevem em detalhes como era viver e trabalhar nas ilhas, a família representada na imagem a cima exibe com orgulho a produção de arroz, que era na época, a cultura mais produzida entre os ilhéus, já que os ambientes periodicamente alagados favoreciam a ela. Além do arroz, outras culturas temporárias como feijão, milho, mandioca eram produzidos pelos ilhéus no sistema familiar, bem como, hortaliças, frutas diversificadas, animais de corte como porco, carneiro, gado, frango, enfim, o excedente de toda a produção familiar era vendido na cidade mais próxima, nas feiras livres geralmente.

Nenhuma família entrevistada se opunha à criação do Parque como Unidade de Conservação de Proteção Integral, pelo contrário, os entrevistados apresentaram uma preocupação com os desgastes daqueles ambientes, só não aceitam serem desprovidos das indenizações, pois foi um patrimônio construído e conquistado, em alguns casos, o único.

[15] Cedida para este trabalho por Severino Casagrande em 21/12/2006, com anuência para publicação.

Todas as referidas famílias possuíam a pesca como atividade primordial de sustento, algumas se profissionalizaram e continuaram com a atividade mesmo não residindo mais nas ilhas, como é o caso dos ribeirinhos entrevistados, de acordo com eles, nesse ramo fica cada dia mais difícil se manter, pois a quantidade de peixes e o seu tamanho vem diminuindo com o tempo, em função das alterações na qualidade da água e no ritmo acelerado da pesca e abate dos peixes.

Foto 10 – Porte dos peixes em 1993 no rio Paraná.
[16]Fonte: Foto do arquivo pessoal de Severino Casagrande.

Quanto a desapropriação das terras, a Chefe do Parque menciona que no Decreto de criação do Parque está estabelecido que o Instituto responsável tomará as medidas legais para esse fim, já o representante dos ilhéus ressalta que o

[16] Cedida para este trabalho por Severino Casagrande em 21/12/2006, com anuência para publicação.

primeiro processo de desapropriação já aconteceu entre o ano de 1982 e 1983, quando o volume de água do rio Paraná alcançou o maior índice de todos os tempos, à 44.000 metros cúbicos por segundo - o dobro da maior enchente até então registrada - provocada pelo fechamento das comportas da hidrelétrica Itaipú e a abertura das compotas das hidrelétricas existentes na época entre os estados de São Paulo e Paraná; nas palavras do Sr. Ordt: "(...) arrastou casas, criações, plantações, deixou todo mundo de arrasto, (...)" o fluxo do rio só se normalizou por volta de 222 dias de cheia; e continua: "Aí começou o problema dos ilhéus, desde aquela época começou a luta em busca de auxilio perante o governo, afinal de contas, nas ilhas residiam mais de 3.000 famílias ".

A partir desse depoimento o representante dos ilhéus revela: "Foi nessa época que o INCRA[17] viabilizou o título á todos os proprietários", e lembra que o órgão deu um prazo de 90 dias para a retirada do documento e "(...) a grande maioria do pessoal, com essa enchente, como não havia serviço suficiente no entorno, se deslocaram para outras regiões (...)" e infelizmente perderam o prazo estabelecido, divulgado certamente por editais.

Quanto a grande enchente, Sr. Ordt á chama de "enchente fabricada e criminosa" e diz que com muita força de vontade e persistência: "(..) se conseguiu da Itaipú uma indenização por perdas e danos,(...)". Continuando ele relata que o interesse dos municípios fronteiriços ao Parque pelo ICMS ecológico, mobilizou-os e motivou-os á pressionar os habitantes que ainda se encontravam estabelecidos no lugar á se retirarem.

Quando indagado sobre a existência de famílias constituindo residência nas dependências do atual Parque, o representante dos ilhéus confirma mais que depressa que segundo seu conhecimento há no mínimo 80 famílias estabelecidas no lugar.

Já a Chefe do Parque diz que os levantamentos não estão 100% consolidados e até um certo ponto da pesquisa constataram apenas 09 famílias que efetivamente residiam na área do atual Parque, contudo ela esclarece que dentro de seus limites existem muitos pontos que demonstram a presença humana,

---

[17] Foram feitas cinco tentativas de contato com representantes do órgão a fim de averiguar a informação, todas sem sucesso. No processo de busca constatou-se que a instituição foi regionalizada, sendo o INCRA regional de Cascavel responsável pela região do Parque. Representantes do INCRA no Mato Grosso do Sul também foram procurados, que eximiram-se com relação ao loteamento das ilhas.

segundo um levantamento quantitativo, realizado pelo IBAMA, na porção paranaense, expressa o número de 205 pontos onde há algum tipo de construção, que vai de casas luxuosas de veraneio, até casebres e ponto de apoio aos pescadores.

De acordo com o Plano de Manejo do Parque, Encarte III, p.147, 148, desses 205 pontos, 41 ocupações estão em áreas públicas, 147 pontos de ocupação correspondem á lotes privados, e 17 ocupações estão em lotes que já foram indenizados pela Eletrosul. Além disso, dos 205 pontos de ocupação, 79 (38,54%) são utilizados como área de lazer, 16 (7,8%) são utilizados semanal e eventualmente, e 33 (16,09%) são ocupados permanentemente por pessoas que residem e dependem da área. No restante, são ocupados como ponto de apoio á pesca 29 pontos (14,14%), estão abandonados outros 29 pontos (14,14%), servem para a criação de abelhas 12 pontos (5,8%), e são caracterizados como de outros usos 07 pontos (3,4%). Mesmo com tais levantamentos é esclarecido:

> Ainda há inúmeros habitantes dentro do Parque e proprietários de casas de veraneio, clubes de campo e de pesca que circulam livremente pela área da Unidade. Dentre os proprietários, alguns são empresas que utilizam os locais com fins comerciais (hotéis e agências de turismo), associações e sindicatos. Plano de Manejo, Encarte III, p. 175.

Quando indagada sobre a solução dos problemas gerados pelo indevido estabelecimento e trabalho dessas famílias, Leonhardt (2007) menciona sobre o processo de regularização fundiária via compensação de Reserva Legal e explica que esse acordo é feito entre o fazendeiro que precisa ser desonerado por um prazo de trinta anos de recompor sua Reserva Legal e os proprietários intitulados, cujos documentos estejam registrados devidamente em Cartório de Registro de Imóveis, com os impostos todos em dia, quites com as suas obrigações e com a justiça.

A Chefe do Parque se preocupa em dizer que, com a negociação da troca o fazendeiro não estará comprando terra, mas sim tempo, “(...) ele está comprando o título correspondente ao percentual dos 20% de área conservada que deveria ter em sua propriedade, sem alterar ou ter vínculo com esse lugar; passado os trinta anos o titulo é repassado á União”. Ela afirma que esse processo é um projeto piloto, já previsto na legislação desde 2001, mas que ainda não tinha sido aplicado em uma Unidade de Conservação. Contudo, essa medida como uma forma

de compensação provisória, se tornou permanente de acordo com o Plano de Manejo, Encarte III, p.147:

> No ano de 2006, a fim de efetivar a regularização fundiária do Parque Nacional de Ilha Grande, a Superintendência do IBAMA no Estado do Paraná lançou um Edital para a Compensação de Reserva Legal, considerando o disposto no Parágrafo 6º do Art. 44 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, Código Florestal, com as alterações introduzidas pela Medida Provisória nº 2.166, de 24 de agosto de 2001. (...) Com o advento da Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, a compensação passou a ser permanente, ou seja, o produtor rural não necessita mais implantar a Reserva Legal no prazo de trinta anos.

Quando questionado sobre esse processo de compensação de Reserva Legal, Sr. Ordt, diz que as exigências são muitas e muitos dos proprietários não poderão negociar suas terras por falta de documentação atualizada (ITR, CCIR, matriculas) e se mostra preocupado com o que vem acontecendo, diz que as propostas financeiras são em geral muito inferiores ás negociações do mercado, “estão pagando em torno de R$4.500,00 reais por alqueire, e quem está lucrando sem cessar são os latifundiários, além de uma grande quantidade de atravessadores que negociam as terras inter-ligados aos fazendeiros e ganham muito em cima do negócio”, pagando ao ilhéu um valor menor do que o mencionado acima.

Existem diferentes olhares e idéias sobre as questões ambientais que se estruturam, em diferentes concepções sobre o mundo natural e que geram diferentes expectativas sobre as Ilhas.

Qualquer alteração que se faça a partir do trabalho humano sobre o meio resulta nos chamados “impactos ambientais”, ou segundo autores como Arlete Moyses Rodrigues temos a chamada produção destrutiva. Nas entrevistas com ex-ilhéus, descobrimos que muitos deles estavam efetuando o plantio de uma grande área de eucalipto – planta exótica da região (próximo ás margens do rio) com o propósito de “reflorestar” o ambiente, outros estavam efetivando a construção de áreas de lazer (também ás margens do rio) como a criação de praias artificiais, etc, estas ações dos moradores no interior do Parque, são entendidas por eles como uma forma de melhorar o ambiente, através da ação direta na produção do lugar, associando a idéia de preservação da natureza e da obtenção de renda com o uso do ambiente, portanto, a perspectiva dos moradores é diferenciada da idéia da implantação da área de proteção integral.

Durante muito tempo – mais de 50 anos – o lugar do atual Parque, foi construído por esses personagens que tinham como atividade econômica,

basicamente, a pesca e a produção agropecuária, há pouco mais de 10 anos esse mesmo lugar vem sendo constituído como territórios a serem conservados em suas peculiaridades naturais, sendo planejado a mercantilização pela atividade turística. Sendo necessária a desapropriação das áreas, como determina a Lei.

A partir das características ambientais do PNIG, constatamos que realmente estes são territórios inerentes á conservação, contudo, há de ser analisado se os mesmos oferecem atrativos suficientes para tornar a atividade turística viável.

Como foi mencionado por Leonhardt (2007), há muitas casas de veraneio situadas nas dependências do PNIG, não sendo possível à quantificação exata, em função da dificuldade de acesso, e por não se ter claro quais estão abandonadas ou em uso. Logo, em conjunto com os ilhéus, outros personagens contribuem com a construção desse espaço em especifico, os veranistas, que costumam passar temporadas de férias, feriados, finais de semana, e dias similares, praticando atividades de lazer como esportes náuticos, navegação, pesca, banho, etc, desfrutando das paisagens e das sensações oferecidas por sua natureza, impondo dessa forma novas territorialidades ás diferentes áreas das ilhas.

Essa condição de veraneio pode ser caracterizada também como turismo de segunda residência, ou turismo de residência secundária, como explica Olga Tulik:

> Casa de temporada, de praia, de campo, chalé, cabana, rancho, sítio ou chácara de lazer são alguns dos termos comumente aplicados às propriedades particulares utilizadas temporariamente, nos períodos de tempo livre, por pessoas que têm sua residência permanente em outro lugar. (TULIK, 2001, p.11)

Como a autora afirma, dentre as várias denominações, a residência secundária é uma segunda casa para passar curtos períodos especificamente com o intuito de desfrutar do tempo livre. Segundo GARCIA (2008, p. 5), normalmente o indivíduo adquire a propriedade em locais onde tenha afinidade com o ambiente e considere propício para as práticas de lazer junto da família.

No Parque Nacional de Ilha Grande, analisado sob a perspectiva da margem direita, sul-matogrossense, os veranistas se inserem geralmente nas áreas por intermédio de negociações realizadas com os ilhéus, que vendem parte de suas propriedades aos mesmos e lhes garantem a manutenção das benfeitorias

construídas no local, vendendo desta forma, também a mão-de-obra. As propriedades construídas pelos veranistas são chamadas por eles de “clubes”, por serem construídas em sociedade.

A fim de exemplificar o fato mencionado, apresentamos algumas das situações defrontadas durante a pesquisa de campo no interior do Parque, que foi guiada e comentada pelo Sr. Mário[18], brasileiro, casado, pescador, residente na Barra do Maracaí, que conhece todos os locais e pessoas residentes nas proximidades, pois sua família de pescadores, habita em áreas ribeirinhas antes mesmo de seu nascimento no ano de 1973.

A Ilha Triângulo foi uma das primeiras localidades a ser apreciada nesse processo, ela possuí esse nome justamente por causa de seu formato triangular. (Foto 11).

Foto 11 – Imagem da Ilha Triângulo em um dos lados de seu polígono.
Autoria: Michelle M.M. Schneider (10/12/2008).

De acordo com o Sr. Mário essa ilha possuí aproximadamente 35 hectares e pertence ao Sr. Leandro, casado, com filhos pequenos, é também proprietário de uma casa em Alto Paraíso-PR, para facilitar nos estudos das crianças. O Sr. Leandro não estava na ilha, provavelmente diz o Sr. Mário: “ele foi buscar a família em Alto Paraíso”.

[18] Os personagens receberam nomes fictícios a fim de preservar a privacidade dos mesmos.

Encontramos na referida ilha uma casa pequena (Foto 12), que segundo o Sr. Mário, é de propriedade do Sr. Leandro, um abrigo para o gerador de energia e um grande rancho construído de madeira na encosta do rio, com 08 quartos individuais, 02 banheiros e uma cozinha, cuja propriedade pertence á pescadores esportivos de Umuarama, Cianorte e outras cidades do Estado do Paraná. (Foto 13).

Foto 12 – Imagem da residência do Sr. Leandro na Ilha Triângulo.
Autoria: Michelle M.M. Schneider (10/12/2008).

A residência do Sr. Leandro é semelhante as outras residências encontradas nas dependências do Parque, são simples, em geral pequenas, feitas de madeira com partes estruturais de alvenaria e possuem muitas árvores frutíferas e plantas ornamentais ao redor, além de cães que de certa forma guardam os locais. São propriedades tipicamente rurais.

Apesar de possuir 02 residências, segundo o Sr. Mário, o Sr. Leandro reside de maneira fixa na ilha e só vai para a cidade levar e buscar a família de maneira periódica, prova disso é o quintal limpo, o balanço das crianças pendurado, os cachorros bem tratados.

Foto 13 – Imagens do Clube na Ilha Triângulo.
Autoria: Michelle M.M. Schneider (10/12/2008).

O direito de construir essa propriedade (Foto 14) foi vendido pelo Sr. Leandro, que hoje se divide entre duas residências, ampliando sua fonte de renda, já que além de ser pescador profissional, é remunerado pelos donos do rancho ou "clube" para zelar do local.

O tamanho da construção e o aviso na placa pendurada no corredor do rancho (Foto 14), nos traz a hipótese de que se trata de uma sociedade ampla e bem organizada, o Sr. Mário chegou a dizer que há um revezamento entre os visitantes no local.

Foto 14 – Imagem da placa de avisos existente no corredor do clube.
Autoria: Michelle M.M. Schneider (10/12/2008).

O Sr. Mário nos revela que no centro dessa ilha há uma lagoa de beleza exuberante e de abundância a determinadas espécies de peixe, mas adverte que é de difícil acesso.

Outro ponto apreciado na pesquisa de campo foi uma das localidades da ilha Grande, onde existia no passado uma vila chamada Pindorama em que havia uma das maiores concentrações de ilhéus existentes na Ilha, segundo antigos moradores aproximadamente 40 famílias residiram no local ha cerca de 20 anos.

Encontramos na antiga Pindorama um morador remanescente do local, Sr. José, brasileiro, casado, 54 anos de idade, pescador profissional, 03 filhos, o mais velho é casado e independente, o do meio reside com ele e também é pescador e a filha mais nova reside com a mãe na cidade de Itaquiraí-MS.

O Sr. José estava consertando um motor de barco quando chegamos e assim permaneceu até nossa saída. Não aceitou nos conceder a entrevista, mas durante o tempo em que ficamos conversando nos revelou informações pertinentes a esse trabalho.

Além da pesca a fonte de renda do Sr. José e de seu filho, advém dos cuidados incumbidos ao local da Ilha onde eles moram, pois existem ali 11 propriedades de diversos donos do Estado do Paraná, de São Paulo, inclusive do Acre. Essa renda é de aproximadamente R$50,00 mensais por cada residência secundária zelada, e os reparos feitos como diferentes consertos, pintura, entre

outros, são cobrados á parte. Na foto 15 são retratadas nas imagens algumas dessas propriedades.

Foto 15 – Imagens dos atuais clubes da antiga Pindorama.
Autoria: Michelle M.M. Schneider (10/12/2008).

As imagens nos revelam o conforto e os cuidados existentes no local, e também que os veranistas não passam muito tempo sem visitar a área, pois deixam nas propriedades equipamentos diversos de pesca, além de utensílios domésticos e aparelhos eletroeletrônicos. Isso é confirmado com o Sr. José que diz não passar mais de 05 dias sem que alguns dos sócios apareçam, mas nos lembra, é claro que têm famílias que vem de 15 em 15 dias, outros vem com um espaço maior e até

menor de tempo, no verão (principalmente) e permanecem por vários dias em épocas de férias, somente o senhor do Acre vem uma vez por ano.

Faz 45 anos que o Sr. José reside no local, e a menos de 20 anos adquiriu uma casa em Itaquiraí para que seus filhos tivessem maiores oportunidades de estudo, ele relatou que periodicamente visita a família, mas não deixa o local sem cuidados, afinal, os veranistas possuem muitos bens de valor que poderiam ser roubados, a família vem passar com eles alguns finais de semana, feriados e férias escolares. O filho do meio com 22 anos também não terminou o ensino regular, ao passo que completou a maior idade optou por trabalhar com o pai na Ilha.

Quando o Sr. José ressalta sobre seu passado na Ilha é saudosista e chega a dizer que a fartura do passado foi substituída por “quiçaça”. Relata também que seus direitos sobre os 22 alqueires que possuía na ilha foram vendidos por R$4.000,00 o alqueire no sistema de compensação de reserva legal, logo, não se justifica sua permanência no local.

A Ilha Baunilha, também foi por nós apreciada nesse percurso, onde o Sr. Sebastião e sua esposa Francineide residem há aproximadamente 13 anos, contando o tempo de permanência na Ilha sem considerar os períodos em que a família passou fora dela, isso porque, conta o Sr. Sebastião, por várias vezes eles tiveram que sair por causa das enchentes.

Da última vez que a família desabitou a ilha, se passaram 07 anos, segundo o Sr. Sebastião, essa iniciativa foi tomada porque os órgãos fiscalizadores da área impediram sua família de produzir os alimentos que os sustentavam (arroz, feijão, milho, frutas, verduras, legumes, alguns animais como porcos, galinhas, gado de corte). Todo o excedente desses produtos eram vendidos, como complementação de renda criava abelhas Europa, com intuito de vender o mel por elas produzido.

Além de ser impedido por Lei de produzir qualquer que seja o produto, recebendo impagáveis multas, o Sr. Sebastião diz que abandonou a ilha com a esperança de receber uma indenização pelo patrimônio perdido, já que sua propriedade não é titulada, ele possui apenas contrato de compra e venda da terra, com valor de posse.

De acordo com Sr. Sebastião, muitos foram os ilhéus que saíram de suas casas iludidos por receber um valor indenizatório que garantissem uma certa estabilidade financeira.

Após deixar o emprego de zelador em uma chácara na cidade de Itaquiraí, o Sr. Sebastião decidiu voltar á ilha, por causa de uma proposta de emprego feita pelos donos das casas de veraneio construídas em suas terras.

Como o Sr. Sebastião não vendeu essas áreas para a construção das casas ele tornou-se um dos sócios dos 02 clubes existentes em suas terras, e hoje de volta á ilha há um ano e meio é zelador desses clubes recebendo pelo trabalho R$800,00 mensais, além de ter se tornado um pescador profissional, o que lhe garante direitos trabalhistas na Ilha.

A casa do Sr. Sebastião é muito pequena, possuindo apenas 03 cômodos, o quarto em cima, o banheiro e a cozinha em baixo, incomparável ao "clube" fotografado, que se encontra ao lado de sua residência. Ele e a esposa construíram sozinhos a casa em que residem na ilha, (apesar de melhor estruturada, a casa antiga foi sucumbida pelos desgastes provocados pelas chuvas e enchentes), além desta, eles possuem uma outra casa na cidade de Itaquiraí, onde suas filhas mais novas residem para estudar e trabalhar.

Foto 16 – Imagem da residência do Sr. Sebastião e de D. Francineide.
Autoria: Michelle M.M. Schneider (10/12/2008).

Foto 17 – Imagens de um dos Clubes existente na propriedade de Sr. Sebastião.
Autoria: Michelle M.M. Schneider (10/12/2008).

O clube visualizado na foto 17, possuí 03 quartos, uma sala e uma cozinha pequena, na parte superior, e 02 alojamentos com camas na parte inferior, bem como uma cozinha grande separada da casa, cercada de telas, onde Sr. Sebastião nos recebeu para conceder-nos a entrevista.

Nos tempos livres, Sr. Sebastião planta árvores nativas para reflorestar o local e D. Francineide faz tapetes de retalhos para vender na cidade, nesse período mais recente de residência na Ilha, já receberam a visita da policia florestal, do IBAMA, dos órgãos de limpeza do Estado do Paraná, e garantem que estão vivendo provocando o menor impacto possível na área.

Apesar das adversidades ocorridas como falta de conforto, dificuldade de locomoção devido a tempestades e enchentes, a falta de peixes, entre outras, ele afirma que vale a pena residir no lugar.

Quando questionado sobre a atividade turística, Sr. Sebastião nos revela, que só ouviu falar do assunto na televisão, e associa á idéia com passeio e diversão, tão somente, ele acredita que a visitação turística ao Parque seria muito grande se fosse incentivada a partir de transportes gratuitos entre as ilhas e em seus interiores – assim, como Sr. Mário, também ressaltou sobre a beleza das lagoas.

Todos os exemplos explicitados apresentam a ligação que há no Parque Nacional de Ilha Grande entre o ilhéu, que conhece e trabalha no local, e o veranista, que busca se apropriar daquilo que lhe oferece satisfação pessoal em seu momento de lazer. Ligação essa que vai além dos acordos mencionados, trata-se de uma troca de experiências e tradições intrínsecas ás relações humanas, ao mesmo tempo em que são distanciadas pelo modo de vida de cada um, constituindo assim a territorialidade que se expressa pelo uso do espaço, pela cultura, e pelas atribuições delimitadas a uma área especificamente.

Na formação dos territórios turísticos, KNAFOU (1999) enfatiza três agentes responsáveis: turistas; mercado; e, planejadores e promotores territoriais. Embora a presença do turista seja a condição para a atividade, em poucos casos, como é no Parque Nacional de Ilha Grande, o turista é o responsável pela introdução da prática turística.

De acordo com GARCIA, (2008, p.1), o lazer e a atividade turística são ícones do desprendimento ao trabalho e sinônimos de liberdade, atualmente são associados à valorização do meio natural e à qualidade de vida e bem-estar. Como uma das conseqüências desta tendência, as residências secundárias configuram territorialidades de lazer e turismo, que no Parque Nacional de Ilha Grande, se dão por meio justamente dos processos citados através dos exemplos tomados.

Como se pôde constatar, no Parque o espaço agropecuário em toda sua complexidade foi dividido com a organização deste para o lazer, através da inserção das residências secundárias, que mantém características muito distantes uma da outra, contudo, após a implementação do Parque como Unidade de Conservação de Proteção Integral ambos processos – tanto de produção quanto do deleite privado – foram terminantemente proibidos, e atualmente a resistência dos agentes sociais, se prevalece diante da situação.